



**UFOP**

Universidade Federal  
de Ouro Preto

Universidade Federal de Ouro Preto  
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas  
Departamento de Serviço Social



Monografia

Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro: hegemonia e tendências  
profissionais.

Thayná da Costa Machado

Mariana, MG  
2019

Thayná da Costa Machado

Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro: hegemonia e tendências profissionais.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Área de concentração: Serviço Social

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Virgínia Alves Carrara

Mariana, MG

2019

M149p Machado, Thayná da Costa .  
Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro [manuscrito]: hegemonia e  
tendências profissionais / Thayná da Costa Machado. - 2019.

88f.:

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Virgínia Alves Carrara.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de  
Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e  
Serviço Social.

1. Serviço social - Teses. 2. Ética política - Teses. 3. Hegemonia - Teses. 4.  
Profissões - Mudança - Teses. I. Carrara, Virgínia Alves. II. Universidade Federal  
de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 364.4(81)

Catálogo: [ficha.sisbin@ufop.edu.br](mailto:ficha.sisbin@ufop.edu.br)

Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro: hegemonia e tendências  
profissionais.

DISCENTE: Thayná da Costa Machado

ORIENTADORA: Virgínia Alves Carrara

Trabalho de Conclusão de Curso submetida ao curso de Serviço Social da Universidade  
Federal de Ouro Preto – UFOP, como parte dos requisitos necessários à obtenção do  
título de bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: 04 /07 /2019



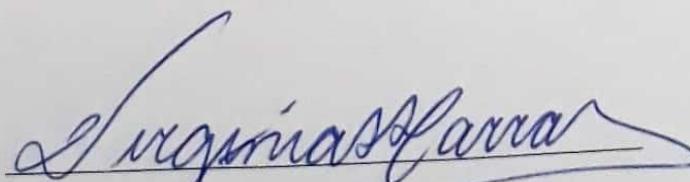
---

Dr. Cláudio Henrique Miranda Horst



---

Dr. Marlom Garcia da Silva



---

Dra. Virgínia Alves Carrara

À minha família, amigos e professores que foram cruciais nessa experiência riquíssima.

## AGRADECIMENTOS

A Deus pelo seu amor e cuidado.

Aos meus pais, Elisangela e Claudemir, que apesar de todas as dificuldades, não mediram esforços para a realização do meu sonho. Em especial à minha mãe, que esteve ao meu lado vibrando pelas minhas conquistas, e me consolando nas horas difíceis.

A toda minha família que esteve ao meu lado sempre com muita prontidão em me auxiliar em qualquer situação.

À minha orientadora Virgínia, por todo seu apoio e paciência na elaboração deste trabalho e pelo empenho dedicado a uma formação profissional crítica.

Aos meus professores que tanto me incentivaram e me inspiraram durante os anos de graduação.

Aos professores Cláudio e Marlon, por estarem presentes na minha banca, possibilitando um momento de troca e aprendizado.

À “Mineração do Outro: Programa marxista de cultura e crítica social”, por ter me proporcionado maior contato com a comunidade de Mariana e por ter me mostrado a importância da extensão para uma graduação de qualidade, em especial agradeço a equipe de 2017 e a Coordenadora Kathiúça, pela competência e empenho.

À professora Raquel e à minha amiga Marília, pelo incentivo, trocas de experiências e aprendizados durante a elaboração da minha primeira pesquisa de iniciação científica. Ao Núcleo de Extensão e Estudos em Formação e Trabalho Profissional em Serviço Social – NEESFT por todas as contribuições enriquecedoras na construção de um perfil profissional crítico e qualificado. À minha turma 15.2 por dividirem comigo esses quatro anos juntos. Foi sem dúvida memorável!

À Andreza, por seu companheirismo, carinho e incentivo, fazendo da nossa amizade uma troca fraterna.

Ao Matheus, Lucas, Izabella, Ana Lydia e Wigde por tantas conversas inesquecíveis, companheirismo e muita amizade.

À Aliança Bíblica Universitária – ABU, por todo apoio durante minha adaptação na Universidade, por dividirem comigo tantas dúvidas e inquietações e fazerem daqueles encontros um lugar tranquilo, tolerante e fraterno.

*“Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,  
Muda-se o ser, muda-se a confiança,  
Todo mundo é composto por mudança  
Tomando sempre novas qualidades”.*  
*(Luís Vaz de Camões)*

## RESUMO

O trabalho de conclusão de curso objetivou desenvolver uma pesquisa exploratória-bibliográfica sobre a crise de hegemonia do Projeto ético-político do Serviço Social brasileiro. Para tanto, refletiu-se a categoria de hegemonia em Gramsci a fim de compreender o lugar que o termo adquire na obra do autor, tendo em vista suas contribuições para pensar a sociedade brasileira e a profissão. Realizou-se uma análise-descritiva sobre a polêmica da crise de hegemonia do PEP, como também identificou-se quais as principais tendências profissionais que disputam por hegemonia na categoria profissional. Constatou-se que a manutenção de hegemonia do atual projeto profissional está em crise. Verificou-se também que as principais vertentes identificadas pelos autores são: a intenção de ruptura, a de cariz tecnocrático, a reatualização do conservadorismo, a neoconservadora e as aparentemente radicais.

Palavras-chave: Serviço Social, Projeto Ético-Político, hegemonia, tendências profissionais.

## **ABSTRACT**

The work of conclusion of course aimed to develop an exploratory-bibliographic research on the crisis of hegemony of the Ethical-Political Project of the Brazilian Social Service. Therefore, it is important to have a category of hegemony in Gramsci, in order to understand the place that the term acquires in the work of the author, considering their contributions to think a Brazilian society and a profession. A descriptive analysis on the controversy of the hegemony crisis of the PEP was made, as well as the main professional trends that compete for hegemony in the professional category. It was verified that the maintenance of hegemony of the current professional project is in crisis. It was also verified that the leaders of the authors' perspectives are: the intention of rupture, a technocratic of character, a re-visualization of conservatism, a neoconservative and an emergent radical.

Keywords: Social Service, Ethical-Political Project, hegemony, professional currents.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>CAPÍTULO 1 – A INTERLOCUÇÃO DA CONCEPÇÃO GRAMSCIANA DE HEGEMONIA PARA O DEBATE DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO</b> .....	18
1.1 CONCEPÇÃO GRAMSCIANA DE HEGEMONIA .....	18
1.2 CONCEPÇÃO DE PROJETO PROFISSIONAL .....	28
1.3 INTERLOCUÇÃO DA CONCEPÇÃO GRAMSCIANA DE HEGEMONIA E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO .....	32
1.4 PROCESSO CONSOLIDAÇÃO DE UMA DIREÇÃO SOCIAL HEGEMONICA CRÍTICA NO SERVIÇO SOCIAL .....	35
<b>CAPÍTULO II – DEBATE SOBRE A CRISE DE HEGEMONIA DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E TENDÊNCIAS PROFISSIONAIS</b> .....	52
2.1 APROXIMAÇÃO A POLÊMICA DA CRISE HEGEMONICA DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO .....	53
2.2 DESDOBRAMENTOS DA OFENSIVA IDEOLÓGICA NEOLIBERAL NOS DEBATES TEÓRICO-METODOLÓGICO DO SERVIÇO SOCIAL .....	63
<b>À GUIA DE CONCLUSÃO</b> .....	78
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	83

## INTRODUÇÃO

O interesse por esta temática advém, primeiramente, de inquietações surgidas logo após minha inserção no campo de estágio onde, por meio das aulas de Oficina de Estágio, comecei a refletir todo o acúmulo que adquiri sobre os fundamentos do Serviço Social, notando, por intermédio das trocas de experiências, que quase sempre os supervisores de campo de estágio – assistentes sociais, reproduzem uma autoimagem do Serviço Social destoante daquela do projeto ético-político, por se apropriarem de outras tendências profissionais.

No processo de aprendizagem e construção do conhecimento durante minha trajetória acadêmica, em relação à autoimagem da profissão presente no projeto ético-político do Serviço Social (ORTIZ, 2010), advém apoiada no tripé: ensino, pesquisa e extensão, que sustenta a educação superior pública e presencial. Primeiramente, por meio das disciplinas que expressam pela abordagem histórico-crítica fundada na teoria social marxista as múltiplas dimensões (históricas, teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas) que constituem os fundamentos da profissão.

Minha participação como bolsista em projetos de pesquisas de iniciação científica também aprofundou meus questionamentos. No ano de 2017 participei, enquanto bolsista, da iniciação científica intitulada “O Conceito de Pobreza e Assistência Estudantil na UFOP”, como também em 2018 na pesquisa “Memórias e Documentos dos Movimentos contestatórios no Serviço Social em Espanha no período de 1960/1980 e Movimento de Reconceituação no Serviço Social na América Latina”, que integra uma investigação maior, intitulada: “O Movimento de Reconceituação do Serviço Social em América Latina (Brasil, Chile, Argentina e Colômbia): determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória”, coordenada pelas professoras Dra. Marilda Villela Iamamoto (coordenadora) e Dra. Cláudia Mônica Santos (co-coordenadora). Este projeto está vinculado ao Núcleo de Extensão e Estudos em Formação e Trabalho em Serviço Social/ NEESFT/CNPq-UFOP, formado desde 2010. Uma das linhas de investigação do núcleo é “fundamentos da formação e do trabalho profissional”, proporcionando uma maior aproximação aos estudos que discutem o trabalho profissional do assistente social, mas em sua indissociabilidade com a formação no quadro do projeto profissional e sua relação aos projetos societários.

Neste mesmo sentido, os projetos de extensão foram importantíssimos para minha formação, acúmulo de conhecimentos e possibilidades de reflexões durante minha graduação. No ano de 2017 participei, enquanto bolsista, do programa “Mineração do Outro: programa marxista de cultura e crítica social”, como também do “Grupo de estudo, pesquisa e extensão sobre Marxismo, Meio Ambiente e Pobreza”. Estas atividades forneceram uma maior aproximação com a realidade da região, marcada pela mineração em sua formação socio-histórico e cultural.

Historicamente e ainda nos dias de hoje, a economia da região de Ouro Preto e Mariana é voltada mais precisamente à mineração, característica muito presente nas cidades do estado de Minas Gerais. De acordo com Bertollo (2018), a “questão social” no contexto da mineração extrativista em Mariana e região assenta-se na lógica da dependência e tem como fundamento a superexploração da força de trabalho nos termos do processo de produção de valor, desencadeando, junto aos trabalhadores, um conjunto de misérias, privações e violências. Afirmando que, o rompimento da barragem de Fundão de propriedade da mineradora Samarco, ocorrido em 05 de novembro de 2015, é reconhecido como expressão máxima de confirmação desta exploração. Os desdobramentos aos trabalhadores da região se expressaram no aumento das manifestações da “questão social”: cresce o desemprego e a falta de condições substanciais como alimentação e moradia. Diante desse cenário, a quantidade de usuários da política de Assistência Social se amplia, demandando profissionais para integrar a equipe da região, sendo um deles os assistentes sociais, contudo verifica-se que essa contratação se deu por vínculos temporários, salários baixos e precarização do espaço de trabalho. Estas condições objetivas, tendem a fragmentar e tornar corporativistas as demandas político-profissionais. O projeto ético-político, então, encontra dificuldades em se materializar, este cenário se torna propício para outras expressões políticas da profissão, de variados tons neoconservadores, que vão ganhando espaço em meio à degradação das condições de trabalho.

O objeto de estudo deste trabalho de conclusão de curso está inscrito sobre as seguintes interrogações: a manutenção hegemônica do Projeto Ético-Político do Serviço Social no Brasil está em crise? O que os autores da área têm sistematizado sobre os atuais projetos profissionais em disputa? Estes questionamentos são abordados nesta pesquisa a partir de dois aspectos/eixos distintos, mas auto implicados no processo de reflexão.

Visto isso, esta investigação foi elaborada com a concepção de que o Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão social do trabalho, que se situa no processo da reprodução das relações sociais. Segundo Iamamoto (2014), os (as) assistentes sociais, ao intervirem no desenvolvimento de condições favorecedoras da reprodução da força de trabalho, via, especialmente, por políticas sociais do Estado, atendem tanto aos interesses da classe dominante no exercício de controle social à classe trabalhadora, quanto viabiliza “respostas às legítimas necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora, em face de condições de vida, dadas historicamente” (IAMAMOTO, 2014, p.102).

Ora, a compreensão da profissão está no movimento histórico da sociedade capitalista, pois sua emergência se situa no aprofundamento do capitalismo monopolista, momento em que se avolumam e se agudizam as múltiplas expressões da “questão social”, principalmente nos segmentos mais empobrecidos da classe trabalhadora, revelando a insuficiência das ações de caráter religioso, filantrópico e assistencialista para atender essa população, fazendo com que o Estado assuma o papel regulador na condução de políticas econômicas e sociais. Dessa forma, “a “questão social” é, portanto, a “matéria-prima” e a justificava da constituição do espaço profissional do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho e como área de construção de conhecimento (YAZBEK, 2018, p.50).

Iamamoto (2007) assevera que, para se refletir acerca do debate do projeto profissional, é sempre necessário considerar a articulação de uma dupla dimensão em que: de um lado temos as condições macrosocietárias e, do outro, as respostas socio-históricas, ético-políticas e técnicas de agentes profissionais nesse contexto. Isso revela a importância de levar-se em conta que os projetos profissionais são indissociáveis dos projetos societários, uma vez que os projetos profissionais “respondem tanto as necessidades sociais decorrentes de transformações históricas, quanto expressam o desenvolvimento teórico e prático da respectiva profissão e as transformações operadas no perfil dos seus agentes” (IAMAMOTO, 2007, p.222). Estudar as transformações sociais e históricas é indissociável ao se analisar o projeto profissional do Serviço Social atualmente, especialmente no que diz respeito aos desafios para sua consolidação e hegemonia que é o que esta pesquisa pretende discutir.

Os projetos profissionais apresentam a autoimagem da profissão, “elegem valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções,

formulam requisitos para seu exercício [...]” (IAMAMOTO,2007, p.222). O PEP do Serviço Social no Brasil, por sua vez, materializa-se através do Código de Ética Profissional do/a Assistente/a Social (1993) na Lei da Regulamentação da Profissão de Serviço Social (1993) e nas Diretrizes Curriculares para Formação em Serviço Social (1999) e nos organismos representativos da profissão que se constituem em espaços deliberativos e consultivos como: o Conselho Federal do Serviço Social-CFESS, o Conselhos Regional do Serviço Social-CRESS, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa do Serviço Social-ABEPSS, e a Executiva Nacional de Estudante de Serviço Social-ENESSO. Tal projeto foi fruto de uma vanguarda profissional que passou a “orientar sua atuação, na contracorrente do trajeto conservador que hegemoniza as origens e o desenvolvimento do Serviço Social brasileiro até a década de 80” (IAMAMOTO, 2007, p.222).

Outro aspecto necessário a se levar em conta quando se debate o projeto ético-político está em discutir as novas versões do conservadorismo<sup>1</sup> contemporâneo, uma vez que a origem e o desenvolvimento desta profissão foram decisivamente antimodernas, como Netto (1996, p.118) nos lembra: “a profissão nasceu e se desenvolveu como parte do programa da antimodernidade, reagindo à secularização, à laicização, à liberdade de pensamento, à autonomia individual, etc.” Nessa direção, lamamoto (2007) afirma, assim como Netto (1996), que, após o movimento de Renovação do Serviço Social brasileiro, caracterizado pela erosão do Serviço Social tradicional<sup>2</sup>, surge uma “reação neoconservadora aberta e disfarçada em aparências que a dissimulam nos dias atuais” (IAMAMOTO, 2007, p.222). Uma de suas facetas se dá pelo próprio neoliberalismo na medida em que suas propostas de desconstrução dos direitos sociais, apresentadas como “reformas”, representam na verdade “contrarreformas” e ocultam o novo pensamento conservador. Um dos principais aspectos para se analisar o conservadorismo é pelo fato da emergência de uma reatualização do conservadorismo ou de um “neoconservadorismo” que estabelece um nexo entre o conservadorismo da origem e consolidação do Serviço Social e nas

---

<sup>1</sup> De acordo com Yasbek (2018, p.50) “o conservadorismo como forma de pensamento e experiência prática é resultado de um contramovimento aos avanços da modernidade, e nesse sentido, suas reações são restauradoras e preservadoras, particularmente da ordem capitalista”

<sup>2</sup> Por Serviço Social tradicional, de acordo com Netto (2009, p.118), entende-se uma “prática empirista, paliativa e burocratizada, calçada por uma ética liberal-burguesa em que a teleologia consiste na correção de resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção (aberta ou velada) idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado factual ineliminável”.

concepções chamadas neoliberais. Visto isso, esta investigação se apoia no entendimento de que na medida em que, quanto mais compreensível for o pensamento conservador, mais ferramentas ídeo-teóricas ter-se-á para combatê-lo e superá-lo no terreno profissional.

Um dos fatores que impulsionou esse embate histórico da profissão com o conservadorismo foi o pluralismo profissional, pois este possibilitou o questionamento em relação ao Serviço Social tradicional. Ele se deu através do processo de laicização da profissão, na entrada da formação profissional nas universidades, possibilitando uma liberdade teórica, política e ideológica que “rompe com a visão monolítica vigente até 1960, permitindo a interlocução da profissão com o debate das ciências sociais, inserindo a profissão como protagonista na sua produção acadêmica” (BARROCO; TERRA, 2012, p. 44).

Sobre o pluralismo,<sup>3</sup> Coutinho (1991) faz um necessário contraponto no terreno do conhecimento acerca deste conceito com o ecletismo,<sup>4</sup> ao afirmar que debater as ideias é importante, pois “é através da discussão com o diferente, que podemos afinar nossas verdades, fazer com que a teoria se aproxime do real” (COUTINHO, 1991, p.13) reconhecendo a importância da existência de diferentes pensamentos, posições e opiniões para o próprio progresso da ciência. Porém, o mesmo ressalta que isso não justifica ceder ao ecletismo, isto é, “não se pode conciliar pontos de vistas inconciliáveis, em nome do pluralismo, a não ser ecleticamente” (COUTINHO, 1991, p.13). Dessa forma o autor entende que em síntese: o pluralismo é uma “abertura para o diferente, de respeito pela posição alheia, considerando que essa posição ao nos advertir para nossos erros e limites, e ao fornecer sugestões, é necessário para o desenvolvimento da ciência” (COUTINHO, 1991, p. 13).

Coutinho (1991) também considera que no terreno do pensamento social não existe uma verdade de tipo científica, ou seja, torna-se “verdadeiro” aquilo que é partilhado subjetivamente por muitas pessoas, ou seja, os valores só se tornam objetivos quando obtêm consenso. Nessa direção, Coutinho (1991, p.16) explica que “neste terreno dos valores não é ecletismo [...] levar em conta o ponto de vista do outro

---

<sup>3</sup> Na terminologia contemporânea, designa-se frequentemente com este nome o reconhecimento da possibilidade de soluções diferentes para um mesmo problema, ou de interpretações diferentes a mesma realidade ou conceito, ou de uma diversidade de fatores, situações ou evoluções no mesmo campo (ABBAGNANO, 2007, p.892-893).

<sup>4</sup> A diretriz filosófica que consiste em escolher, dentre as doutrinas de diferentes filósofos, as teses mais apreciadas, sem se preocupar em demasia com a coerência dessas teses entre si com sua conexão aos sistemas de origem (ABBAGNANO, 2007, p.350).

e se empenhar para elaborar uma consciência coletiva que implique em muitos casos, a conciliação de pontos de vistas contrários”. Sendo assim, levar em conta valores particulares e singulares não significa cometer ecletismo, isso é importante considerar quando se entende que a “hegemonia se funda, numa unidade da diversidade”, isto é, a “hegemonia implica pluralismo na ordem dos valores e propõe normas de ação que se fundam no consenso” (COUTINHO, 1991, p.17). Entretanto, essa abertura para diferentes valores não implica aceitar qualquer coisa, sendo assim, qualquer posicionamento que discrimine a priori uma parte do gênero humano (exemplo o racismo, o machismo etc.), é intolerável para uma consciência democrática.

É nos princípios do Código que se tem os parâmetros ideológicos que estruturam todas as competências e atribuições do (a) assistente social, que “possibilitam conferir a necessária unidade, coerência e harmonia ao sistema jurídico estabelecido pelo Código” (BARROCO; TERRA, 2012, p.121). Segundo Barroco (2012), a defesa do pluralismo tem a intenção de se opor a tendência de unificação de poder. Dessa forma, o assistente social que se posiciona pelo Código é a favor de uma sociedade plural, do respeito e tolerância aos posicionamentos distintos dos demais grupos. O PEP do qual este projeto de pesquisa busca defender e aprofundar sua hegemonia possui como princípios fundamentais:

- I –Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais
- II –Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III –Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- IV –Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- V –Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- VI – Empenho em todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- VII – Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- VIII – Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero
- IX – Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;
- X – Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- XI – Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade,

orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (CFESS, 2010, p. 23).

Estes onze princípios, fundamentam a concepção da direção social estratégica, que assume compromisso com os interesses da classe trabalhadora e se considera anticapitalista. Diante disso, esta investigação se apoia na defesa dos valores partilhados pelo projeto ético-político, a fim de somar força ao seu processo de hegemonia e materialização dentre a categoria profissional de modo a problematizar direções profissionais que infringem tais valores.

Esta investigação se configura em uma pesquisa exploratória-bibliográfica. Tendo como objetivos específicos estudar a categoria de hegemonia em Gramsci, realizar um levantamento bibliográfico a fim discutir a polêmica da crise de hegemonia do PEP, como também refletir sobre as principais tendências profissionais que disputam por hegemonia no interior profissional.

Sendo assim, se organiza em dois capítulos: o primeiro discute a concepção gramsciana de hegemonia, entendendo-a como eixo central para se capturar as disputas hegemônicas expressadas no interior do corpo profissional. É importante anunciar que, no decorrer da elaboração do primeiro capítulo, houve clareza de que na obra de Gramsci as categorias são indissociáveis umas das outras como em toda teoria marxista. Todavia, devido aos limites deste trabalho e o que se buscou construir, sendo esta uma primeira aproximação de futuros trabalhos que certamente exigirão aprofundamentos futuros em outros níveis e estudos avançados, sua discussão concentra-se na categoria de hegemonia. Além da discussão da interlocução da categoria gramsciana de hegemonia com o debate do projeto ético-político, este capítulo se ateve em se investigar o que se entende por projeto profissional e qual sua relação com os projetos societários, para assim, abordar o processo de construção e consolidação do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro.

No segundo capítulo da investigação há uma aproximação da polêmica da crise de hegemonia do projeto ético-político. Tal debate esteve presente nas produções e discussões dos principais teóricos da profissão entre os anos 2007-2009, dividindo-os em dois grupos: um que sustenta a existência de uma crise de hegemonia e outro que advoga a não existência da crise. Ora, o que motiva estes intelectuais a se preocuparem em torno dessa polêmica é o quadro político, econômico e social que o país vem executando desde os anos de 1990 com a chegada do neoliberalismo.

O projeto neoliberal configura-se em uma resposta mundial do capital à sua própria crise, iniciada desde os anos 1970 demarcada pelo fim dos “anos dourados”. Netto e Braz (2012) avaliam que essa resposta pode ser sintetizada como uma estratégia articulada em um tripé: a reestruturação produtiva, a financeirização e a ideologia neoliberal. Chegando ao Brasil no governo FHC e tendo continuidade no governo Lula aos dias atuais. Estas transformações implementadas pelo capital recaem fortemente ao mundo do trabalho, impactando todos os trabalhadores, assim como os assistentes sociais, pela precarização da condição de trabalho e dos contratos de vínculos temporários, como também na expansão do ensino superior privado e à distância, com o objetivo de mercantilizar a educação, resultando em uma acelerada massificação e desqualificação da formação e no rebaixamento salarial, e na cooptação de organizações da classe trabalhadora por partidos políticos que se dizem a favor das demandas da classe trabalhadora, mas que cumprem uma agenda conservadora e pragmática do ideário neoliberal, que resultou em um apassivamento da classe trabalhadora, isto é, no não-enfrentamento à cultura neoliberal, provocando uma ausência de alternativa frente ao capital.

Esse quadro também implica no acirramento de disputas hegemônicas de vertentes profissionais no interior do corpo profissional: segmentos de assistentes sociais que recorrem (conscientes ou não) a teorias sistêmicas, pós-modernas e fenomenológicas a fim de responder aos dilemas da atualidade. Disputas estas que emergem desde o Processo de Renovação do Serviço Social brasileiro que ocorreu no interior da autocracia burguesa nos anos de 1960 aos anos de 1980, marcado por uma política econômica nacional desenvolvimentista, que exigia um perfil profissional “moderno”, no que tange as suas intervenções teórico-técnicas. Nesse momento, o interior da categoria profissional passa a ser uma arena de disputa por hegemonia entre as tendências profissionais que se desenvolvem a fim de responder as novas demandas desse mercado de trabalho nacional.

Irá abordar as tendências profissionais desse período: dos anos 1960 aos anos 1990, chegando ao processo de consolidação hegemônica do atual projeto ético-político. Como também analisará, tendo como o foco central dessa argumentação, num espaço temporal de vinte anos contando com a última publicação de Netto (1996): as atuais tendências que se reatualizam e permanecem em disputa hegemônica com o atual projeto ético-político, através de uma análise bibliográfica das publicações de Vasconcelos (2015) e Silva (2017). As tendências profissionais,

configuram-se em projetos que apontam “[...] a diferentes direções que tendem, não mecanicamente, com maior ou menor intensidade e em permanente disputa, a reforçar ou a resistir a ordem burguesa” (MOLJO; SILVA, 2018, p.117).

Diante disso, este segundo momento, localizado no segundo capítulo, está organizado nos dois eixos mencionados no início: o primeiro sobre a crise de hegemonia do projeto ético-político, e o segundo sobre a disputa hegemônica das atuais tendências profissionais.

## **CAPÍTULO 1 – A INTERLOCUÇÃO DA CONCEPÇÃO GRAMSCIANA DE HEGEMONIA PARA O DEBATE DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO**

### **1.1 CONCEPÇÃO GRAMSCIANA DE HEGEMONIA**

Este capítulo discute a concepção gramsciana de hegemonia, entendendo-a como eixo central para se apreender a polêmica da crise de hegemonia do projeto ético-político e as disputas hegemônicas expressadas no interior do corpo profissional do Serviço Social brasileiro. Essa pesquisa não possui intenções de abordar o tema em torno do conceito de hegemonia em sua extensa complexidade, entretanto seu início será remetido a refletir o lugar que o termo<sup>5</sup> adquire na obra de Antônio Gramsci,<sup>6</sup> por meio das fontes teóricas de seus intérpretes como Coutinho (1999), Semeraro (1999), Marro (2006) e Simionatto (2011a, 2011b), assim como, correremos inicialmente a consulta aos dicionários (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996). A segunda sessão deste capítulo se deterá na contribuição da categoria de hegemonia para se compreender a Renovação do Serviço Social brasileiro<sup>7</sup>, por meio da criação de uma nova direção social na prática profissional, particularmente na produção do conhecimento.

De acordo com os dicionários de sociologia, a palavra hegemonia era tradicionalmente utilizada para se explicar o domínio de um país ou governantes sobre outros. Porém, sob a influência do pensador marxista Antônio Gramsci, ela deixa de se limitar ao significado de domínio, liderança ou influência e passa a indicar “liderança intelectual e moral e se relaciona à função de sistemas de ideias ou ideologias na manutenção ou contestação da estrutura de uma sociedade em particular” (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996, p.350). Se a princípio Gramsci (OUTHWAITE;

---

<sup>5</sup> Pois, de acordo com Marro (2006), “tanto na prática como no discurso político do nosso tempo, o termo hegemonia é indiscriminadamente utilizado e até vulgarizado, como sinônimo de dominação, supremacia, consenso, domínio, liderança, direção, consentimento e até mesmo, em alguns casos, ausência de pluralismo” (Idem, p.210).

<sup>6</sup> Antônio Gramsci (1891-1937) foi um filósofo marxista, jornalista, crítico literário e ativista político, um dos fundadores do Partido Comunista da Itália. Nasceu no período da passagem do século XIX para o século XX, que é marcado por uma Itália que produzia um rico debate, pois, segundo Simionatto (2011), nesse período, “o espectro ideológico da tradição positivista vai cedendo lugar à emergência de reflexões permeadas por novos matizes teóricos, por diferentes posições, que vão ganhando corpo ao longo do tempo” (Idem, p.30).

<sup>7</sup> Marco histórico que construiu posteriormente o que vai ser objeto de análise desta investigação.

BOTTOMORE, 1996) utilizou a palavra no mesmo sentido que outros marxistas como Lenin, Bukharin e Stalin, então:

[...] com respeito à liderança de uma classe sobre outras em um sistema de alianças, ao ampliar o termo ele ultrapassou o conceito marxista habitual de poder do estado como o instrumento de uma classe que empregava um monopólio da força, afirmando que o estado no período moderno só podia ser compreendido como força mais aquiescência [...] (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996, p.350).

Simionatto (2011a) explica que Gramsci, ao pensar as transformações capitalistas de seu tempo e analisar as expressões do Estado e, por conseguinte a sociedade civil, parte de Lênin e (re) elabora a categoria de hegemonia, vinculada ao tratamento e ao exame crítico de fenômenos históricos-concretos presentes na primeira metade do século XX.

Tal enriquecimento do significado de hegemonia está relacionado à complexidade da sociedade moderna, onde o terreno da política mudou fundamentalmente. Ora, nessa sociedade temos a era da organização de massa em partidos políticos e grupos de pressão, o desenvolvimento do nível educacional e cultural da população em suas ideias, práticas e instituições. Tudo isso faz com que a área de ação do Estado se amplie, “na medida em que os governantes precisam alegar que estão governando no interesse dos governados a fim de permanecerem no poder” (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996, p.350), de maneira tal que:

[...] cada vez mais as exigências e necessidades da sociedade passaram a ser consideradas como responsabilidades dos governos, quando antes podiam ser relegadas à esfera privada, definida como exterior à política<sup>8</sup> (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996, p.350).

Segundo Coutinho (1992) Gramsci passa por um amadurecimento em seu pensamento intelectual, mais precisamente no período de 1921 a 1926, sendo:

[...] nessa fase que começam a tomar corpo, a partir da assimilação de muitos elementos da reflexão leniniana, alguns dos conceitos básicos, [...] que representa [...] sua contribuição específica e original ao desenvolvimento e renovação do marxismo [...] (COUTINHO, 1992, p.35).

Sua preocupação está em entender por que o espírito revolucionário vivenciado pela classe trabalhadora na Rússia não contagiou os trabalhadores do Ocidente europeu. Dessa forma, Gramsci começa observar que, nos países de

---

<sup>8</sup> Dessa forma, “as ideias, a cultura e o modo como as pessoas veem a si mesmas e as suas relações com as outras e com as instituições são de importância capital para a forma como a sociedade é governada e organizada, e justificam a natureza do poder – quem o detém e de que maneira” (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996, p.350).

capitalismo avançado (Europa Central e Ocidental), a superestrutura<sup>9</sup> se desenvolvia de forma mais complexa, através da criação de amplos estratos proletários. A aristocracia operária é um exemplo dessa complexidade, criando anexos de burocracia sindical e de grupos social-democratas. O contexto na Rússia possuía particularidades que faziam com que as condições da revolução socialista se apresentassem de forma diferente no ocidente. De acordo com Coutinho (1992, p.36):

A determinação, que na Rússia era direta e lançava as massas às ruas para o assalto revolucionário, complica-se na Europa Ocidental e Central por causa de todas as superestruturas políticas, criada pelo maior desenvolvimento do capitalismo; elas fazem com que a ação das massas seja mais lenta e mais prudente, e exigem, por conseguinte, que o partido revolucionário desenvolva estratégias e uma tática bem mais complexas e de longo alcance do que as que foram necessárias aos bolcheviques no período compreendido entre março e novembro de 1917.

De acordo com o referido autor, Gramsci compreende que, em países de capitalismo mais avançado, é necessário estratégias mais complexas, pois os problemas inerentes a hegemonia do proletariado se apresentarão sob uma forma mais complexa e aguda. “Nesses países a conquista da hegemonia deve preceder a conquista do poder” (COUTINHO, 1992, p.40). Daí surge a ideia de “guerra de oposições” que tem o seu centro na questão da hegemonia, na questão de aliança de classes.<sup>10</sup> A ideia é que se o proletariado se tornar classe dirigente, não pode se limitar em controlar apenas a produção econômica, mas deve também exercer sua direção política-cultural sobre o conjunto das forças sociais, que por várias razões se opõe ao capitalismo. Nessa direção, Coutinho (1992, p.39) pontua que “uma classe só é dominante quando já se é dirigente, quando já se detém o consenso da maioria dos trabalhadores”. O mesmo autor explica que, para a classe operária exercer sua direção político-cultural, é necessário que ela conheça o território nacional sobre o qual atua, conhecendo e dominando os mecanismos de reprodução global da formação econômica social. Dessa forma, entende-se que para Gramsci, é na sociedade civil que a disputa pelo controle e pelo consenso acontecem, tornando-se uma estratégia decisiva na política moderna.

---

<sup>9</sup> Na superestrutura estão presentes as relações políticas, sociais, religiosas e culturais, como também a justiça e as leis, ou seja, aspectos da consciência.

<sup>10</sup> Coutinho (1992, p.42) faz um importante apontamento ao dizer que “a aplicação do conceito de hegemonia/direção consensual também à União Soviética, e não só a países “ocidentais” revela o valor universal que Gramsci lhe atribui.

No caso da Itália, já no início do século XX, ocorriam intensos conflitos sociais, como a baixa produtividade agrícola, o desemprego, a emigração em massa e as disparidades entre Norte e Sul que se acirravam crescentemente. De acordo com Simionatto (2011a), a Itália ao se integrar à economia do capitalismo nascente, acentuou as disparidades entre Norte e Sul, tal que, ao Norte tinha-se a concentração da industrialização, do progresso econômico e do desenvolvimento e, já ao Sul delineava-se marcas da acentuação da “questão social”, que se expressava no atraso frente ao desenvolvimento ao Norte, para a autora essa disparidade entre Norte e Sul “foi fruto da política de modernização conservadora assumida pelo Estado após o processo de unificação”<sup>11</sup> (SIMIONATTO, 2011a, p.32), ou seja, a posição parcial que o Estado assume ao defender intransigentemente os interesses emergentes de uma classe dominante. Isso mostra que o capitalismo nascente emerge marcado por um forte processo de exclusão.

O *boom* industrial italiano começa a dar seus primeiros sinais em 1878, coincidindo com a grande crise agrária vivida principalmente em Sardenha. Simionatto (2011a) explica que neste período o aumento do preço dos produtos industriais protegidos pelas tarifas alfandegárias fez com que grande parte dos recursos disponíveis fossem drenados do campo para a cidade, do Sul para o Norte em ritmo intenso. “Pouco a pouco, o proprietário rural se aburguesava e os camponeses tornaram-se massa trabalhadora das grandes indústrias” (SIMIONATTO, 2011a, p.33). Com o crescimento da indústria e da produção agrícola canalizada para as cidades amplia-se a acumulação interna do capital engendrando relações sociais capitalistas. “Tinha-se uma economia sob a égide do capital industrial” (SIMIONATTO, 2011a, p.33). Diante disso, a autora explica que

criava-se um quadro ilusório de ascensão social para aqueles que eram atraídos pelas fábricas e pelos ventos do progresso. Posto em marcha por vias sinuosas, o crescimento econômico facilitou a evasão do campo para a cidade, aprofundou as contradições já existentes, desencadeou novos conflitos e antagonismos sociais, marginalizou a participação popular (SIMIONATTO, 2011a, p.33).

Sendo assim, em 1900 a 1910, tinha-se ao Norte uma Itália que experimentava um constante desenvolvimento: as grandes fabricas se multiplicam, formam-se grandes organizações operárias, criam-se as Câmeras de Trabalho, surtia um povo que buscava melhorar as próprias condições de existência “toda a Itália parece ligada

---

<sup>11</sup> “A unificação da Itália, foi um processo de união entre vários reinos que compunham a Península Itálica, após a expulsão dos austríacos. Ocorreu na segunda metade do século XIX e terminou em 1871” (BEZERRA, 2018, s/p.)

a um impulso novo, a um novo ímpeto para o progresso, para o bem-estar, para a liberdade” (TOGLIATTI, 1972, *apud* SIMIONATTO, 2011a, p.34) Entretanto, Sardenha, assim como toda região insular da Itália, era excluída desse desenvolvimento que o Norte experimentava. Ao Sul, permanecia “ligada às velhas estruturas, às velhas condições sociais, à eterna miséria e atraso” (SIMIONATTO, 2011a, p.34).

Esta divisão deixou marcas profundas em Gramsci, ao compreender essa realidade como uma injustiça “essa fenda que colocava, de um lado, as regiões avançadas e, de outro, as regiões, como a Sardenha, a Sicília e todas as outras da Itália meridional, às quais parecia que o progresso era sempre negado” (GRAMSCI, 1967, p.5, *apud* SIMIONATTO, 2011<sup>a</sup>, p.34). Gramsci dizia que era possível visualizar a Itália de duas formas: uma era vista como moderna, avançada e industrializada, já a outra, cheia de contradições e antagonismos, oprimida, explorada e excluída desse capitalismo nascente.

Gramsci, em 1920, detecta com clareza esta situação, ao escrever que “o poder do Estado preocupou-se apenas com o desenvolvimento, mesmo doentio, do capital industrial: proteções, prêmios, favores de todo tipo e de toda medida. Os campos foram saqueados, a fertilidade esterilizada, as poupanças camponesas tiveram que emigrar. O poder do Estado defendeu selvagememente o capital financeiro. São incontáveis na história italiana contemporânea as mortes dos operários explorados nas fábricas e dos camponeses pobres colocados na impossibilidade de poder viver pela legislação aduaneira que exaure o solo, destrói rios e florestas (GRAMSCI, 1954, p.77, *apud* SIMIONATTO, 2011a, p.32).

Dessa forma, a reprodução global na Itália, passa pela “questão meridional<sup>12</sup>”, onde nos anos de 1900 se tem o problema do Sul da Itália, pois conserva-se os resíduos feudais, tendo como o bloco histórico dominante os latifundiários meridionais e a burguesia industrial. A saída para enfrentar tais mecanismos de dominação está na capacidade da classe operária de assumir como sua a tarefa de resolver a questão meridional: dirigir politicamente a massa dos camponeses. A “questão meridional”, surge através da unificação nacional, “dirigida pela burguesia liberal moderada em aliança com os grandes setores latifundiários e sob a égide da monarquia piemontesa”

---

<sup>12</sup> “A Itália de 1900 ficava às margens das potências industrializadas da Europa. Sua força de trabalho concentrava-se nas áreas rurais e apenas 24% estava direcionada às atividades artesanais, manufatureiras e industriais. Dessa porcentagem, quase o seu total encontrava-se no Norte na Itália [...] Estabeleceu-se, então, um cenário propício para a divisão de dois grandes grupos de trabalhadores: os proletários do Norte e os camponeses do Sul. O fenômeno é tratado na Itália por “questão meridional”, onde o Norte era desenvolvido industrialmente e o Sul era considerado “atrasado”, por ter em sua base econômica, a agricultura” (CAMARGO, 2015, p.47).

(COUTINHO, 1992, p.37). Esse processo de unificação da Itália foi nomeado como o *Risorgimento* (1815-1870). Gramsci explica que tal evento se configurou em uma “revolução passiva”, onde se tem um processo em que se exclui as forças democráticas e populares, renovando o país pelo alto, num processo de renovação conservadora, de revolução-restauração onde na medida em que se obtém um desenvolvimento das forças produtivas, também se corresponde a conservação de elementos atrasados das relações sociais. Nesse processo:

[...] os liberais moderados “cooptaram” os elementos mais ativos do Partido de Ação, do partido democrata radical pequeno-burguês, mas não realizaram seu programa, esse processo “transformista” (que neutraliza partes da vanguarda do setor radical graças à sua cooptação pelo bloco dominante) é, aliás, segundo Gramsci, a principal forma de conquista do consenso num processo de “revolução passiva” (COUTINHO, 1992, p.37).

Sendo assim, Gramsci sinaliza uma gradual ampliação do Estado, Marro (2006) a compreende em dois sentidos: 1) uma nova relação entre política e economia e 2) uma nova relação entre sociedade civil e sociedade política, ou entre força e consenso.

Semeraro (1999) pontua que a partir dos anos pós primeira guerra mundial as massas trabalhadoras adquirem protagonismo em suas organizações, ao mesmo tempo em que revelam a insuficiência do *Estado-força* através de sua crise de autoridade. O Estado irá buscar resgatar sua hegemonia, passando a “levar em consideração a trama “privada” da sociedade civil em visível expansão” (SEMERARO, 1999, p.80). Entretanto, “a sua abertura para os novos fomentos de massa não conseguia passar dos limites de uma política “transformista” (SEMERARO, 1999, p.80), ou seja, o sistema autoritário modificava-se sem mudar sua substância, “agora revestido de um novo discurso, continuava a conduzir “pelo alto” o processo de modernização, impedindo às mobilizações sociais os rumos da autonomia, da liberdade e da democracia” (SEMERARO, 1999, p.80).

Tal realidade se expressa na não-integração do mundo camponês sulista aos processos de modernização econômica e política. Coutinho (1992) explica que o Sul atrasado e semifeudal funcionou objetivamente como um território colonial explorado pela burguesia industrial do Norte. Além dessa situação favorecer a burguesia nortista, também trazia vantagens aos latifundiários do Sul que eram assim protegidos pelo Estado contra as transformações radicais no estatuto da propriedade rural. Esse protecionismo e o volumoso exército industrial de reserva:

[...] favoreciam as tentativas de “cooptação” transformistas de alguns setores operários que se expressavam politicamente no reformismo. Com isso um setor privilegiado da classe operária, uma aristocracia operária” terminava por contribuir para consolidar o bloco industrial-agrário que dominava o país e era responsável direto pelas miserabilíssimas condições de vida do campesinato do Sul (COUTINHO, 1992, p.37).

Para Gramsci (*apud* COUTINHO, 1992, p.38), a aliança operária-camponesa é uma condição de vitória da revolução proletária e uma forma “de modificar a orientação política e a ideologia geral da própria classe operária como elemento nacional”. O autor pontua que a classe operária, ao se subtrair da hegemonia burguesa, se torna classe nacional, onde é capaz de exercer sua própria hegemonia sobre a maioria dos trabalhadores. Mas, para isso acontecer, é necessário que o proletariado abandone a mentalidade corporativista “[...] que se expressa no reformismo, deixando de defender seus interesses imediatos, grupais, convertendo-se assim em classe nacional: uma classe que assume e faz suas todas as reivindicações das camadas trabalhadoras” (COUTINHO, 1992, p.38-39).

Coutinho (1992), na carta que Gramsci escreve ao Comitê Central do Partido Comunista Soviético em 1926, observa uma preocupação central com a questão de hegemonia “com a capacidade que deve ter o poder proletário de não limitar sua ação à simples coerção, mas de fundá-la essencialmente sobre o consenso das massas trabalhadoras” (COUTINHO, 1992, p.40). Sendo assim, a libertação de todo resíduo de corporativismo e reformismo é um condicionante para essa classe tornar-se força hegemônica.

A hegemonia é isto: determinar os traços específicos de uma condição histórica, de um processo, tornar-se protagonista das reivindicações de outros estratos sociais, da solução das mesmas de modo a unir em torno de si esses estratos sociais, realizando com eles uma aliança na luta contra o capitalismo (GRUPPI, 1972, *apud* COUTINHO, 1992, p.39).

Diante desse processo histórico, Gramsci formula um novo sentido à hegemonia, isto é, a concepção de hegemonia do proletariado, que em sua visão “deve seguir um caminho diferente das formas e dos instrumentos de poder utilizados pela hegemonia burguesa” (SEMERARO, 1999, p.81). Ora, se na hegemonia burguesa se tem a preocupação de não se alterar as relações de desigualdade social e de exploração econômica, através da ocultação das contradições estruturais e conciliação de interesses opostos, apoiando-se sobre um consenso manipulado e uma articulação forçada, na perspectiva da hegemonia do proletariado, tem-se como premissa “uma relação pedagógica entre grupos que querem educar a si próprios

para a arte do governo e têm interesse em conhecer todas as verdades, inclusive as desagradáveis” (SEMERARO, 1999, p.81).

Semeraro (1999) esclarece que esse novo processo de formação hegemônica tem como base a transparência, a instauração de relações pedagógicas para chegar em transformações econômicas e sociais, fundamentais para a construção de uma verdadeira democracia.

Por democracia compreende-se, como nos lembra Coutinho (1979, p.36): “um valor estratégico permanente”, na medida em que se configura em uma abertura para a conquista de uma maior socialização política, isto é, na ampliação do número de pessoas e de grupos empenhados na defesa de seus interesses específicos, quanto para a possibilidade de uma consolidação e aprofundamento de uma nova sociedade. A democracia política, ao mesmo tempo em que abriu espaço político para à consolidação e reprodução da economia capitalista, também legalizou as liberdades democráticas, assentadas sobre o princípio de soberania e representação popular, no reconhecimento legal do pluralismo etc. Essa abertura enveredou mecanismos de representação direta das massas populares, como os partidos, sindicatos, associações profissionais etc., onde as massas populares se organizam de “baixo para cima” como se refere Coutinho (1979), constituindo-se em sujeitos políticos coletivos. Um meio pelo qual as classes populares podem “pôr abertamente sua candidatura à hegemonia, ao mesmo tempo em que lutam para superar a dominação efetiva de uma restrita oligarquia monopolista sobre o conjunto da sociedade” (COUTINHO, 1979, p.40). Para Coutinho (1979, p.36) a democracia “é, antes, a criação de uma base, de um patamar mínimo que deve certamente ser aprofundado (tanto no sentido econômico-social quanto em sentido político), mas também conservado ao longo de todo processo”. Dessa forma, a democracia é vista como uma batalha política, pela conquista democrática do poder do Estado pelas classes trabalhadoras. O referido autor pontua que a democracia em uma sociedade socialista será “uma democracia pluralista de massas” [...] na qual a hegemonia deve caber ao conjunto dos trabalhadores representados através da pluralidade dos seus organismos (partidos, sindicatos, comitês de empresa, etc.)” (COUTINHO, 1979, p.36).

Nesta direção, podemos afirmar que a essência da concepção hegemônica de Gramsci de fato é:

[...] identificada com efetiva democracia que promove transformações profundas na estrutura e na superestrutura e gera crescente socialização do poder. Trata-se de verdadeira afirmação de “democracia radical”; por nada alheia, aliás, ao motivo de fundo dos seus escritos: elevação das classes subalternas à condição de protagonistas responsáveis e dirigentes de sua própria história (SEMERARO, 1999, p.81).

Para Gramsci, a categoria de hegemonia além de ser uma estratégia para a luta das classes subalternas, também é a construção de uma nova forma de interpretar a realidade, “um processo que permite a participação política e a transformação moral e intelectual das massas” (SEMERARO, 1999, p.82). À vista disso, Semeraro destaca que a concepção de política-hegemonia além de ser ação político-prática, “significa, principalmente, a conquista da capacidade teórica e cultural que avança até a posse real e completa duma concepção de mundo coerente e unitária” (SEMERARO, 1999, p.82)

Outro destaque relevante é quando Semeraro (1999) pontua que, para Gramsci, qualquer movimento político que pretende construir uma hegemonia na sociedade “precisa não apenas criticar e se separar do projeto global vigente, mas deve principalmente apresentar propostas superiores e mais abrangentes de sociedade” (SEMERARO, 1999, p.82), dessa forma:

[...] sua ação política concreta, juntamente com o trabalho de desconstrução das bases hegemônicas do grupo no poder, deve vir acompanhada pela apresentação duma reinterpretação mais convincente da realidade. Nas complexas e avançadas sociedades modernas, o lugar decisivo onde se gestam os diversos projetos hegemônicos é o amplo e contraditório espaço da sociedade civil. No interior das suas múltiplas atividades econômicas, políticas, culturais, religiosas e educativas se estabelecem “lutas de sistemas, lutas entre modos de ver a realidade” (SEMERARO, 1999, p.82-83).

Visto isso, fica evidente que a sociedade civil é um terreno de controvérsias ideológicas, de concepções de interesses e valores contrários, mas, de acordo com Semeraro (1999), também é um espaço de diálogo e consenso, tal que, para Gramsci: “é uma categoria dinâmica, de movimento, capaz de “combinar” na ação grupos sociais diferentes, forças convergentes e situações conjunturais dentro de amplos objetivos estratégicos” (SEMERARO, 1999, p.83), portanto é no âmbito das organizações da sociedade civil, defenderá Gramsci:

[...] que se define a política e se opera a compreensão crítica de si mesmos por meio duma luta de ‘hegemonias’ políticas, de direções contrastantes, antes do campo da ética, depois da política, para chegar a uma elaboração superior da própria concepção do real (SEMERARO, 1999, p.83).

Nesse caso, o referido autor explica que se realiza um processo para se chegar a essa concepção, em que um grupo social passa do momento corporativo

econômico, ou seja, fechado em si mesmo, a alcançar uma consciência de solidariedade de interesse entre os membros em que ultrapasse o círculo corporativo, tornando para si os interesses de outros grupos subordinados, somando aos seus próprios interesses. Dessa forma se tem um universo complexo, amplo e plural da sociedade civil.

Como acabamos de ver, a luta de hegemonias políticas é travada dentro da sociedade civil e complementa Semeraro (1999, p.84): “a razão é porque nela são determinados os rumos da economia e se elaboram as ideologias, forças concretas de unificação de poder”. Acrescentando que a concepção de hegemonia compreende as diferenças, multiplicidade e conflitos de interdependência entre partes sociais, assim como se compreende:

[...] a busca pública da verdade, como consenso obtido numa escola permanente de liberdade e autonomia, como construção de uma racionalidade coletiva, animada pelas paixões e pelos afetos de indivíduos conscientes de suas diversidades (SEMERARO, 1999, p.85).

Tal que, um grupo que se propõe ser hegemônico, não significa ser uniforme e homogêneo. “A batalha das ideias, o diálogo e o confronto cultural assumem uma importância decisiva na luta pela hegemonia” (COUTINHO, 1992, p.42). Entretanto, “a luta por hegemonia não se reduz à disputa entre “concepções de mundo”, mas “é também a luta dos aparelhos que funcionam como suportes materiais para essas ideologias” (BIANCHI, 2008, p.179). E “além disso, a luta pela hegemonia é a luta de ideologias” e “a luta ideológica não é só ‘batalhas de ideias’ estas ideias têm estrutura material’, articulam-se em aparelhos” (LIGUORI, 2007, *apud* SIMIONATTO, 2011b, p.28).

A respeito disso, Gramsci (2000, p.78-79, *apud* SIMIONATTO, 2011b, p.28) vai dizer que:

Um estudo de como se organiza de fato a estrutura ideológica de uma classe dominante, isto é, a organização material voltada para manter, defender e desenvolver a frente teórica e ideológica [...] A imprensa é a parte mais dinâmica dessa estrutura ideológica, mas não a única: tudo que influi ou pode influir sobre a opinião pública, direta ou indiretamente faz parte dessa estrutura. Dela fazem parte: as bibliotecas, as escolas, os círculos e os clubes variados do tipo, até a arquitetura, a disposição e o nome das ruas[...] O que se pode contrapor por parte de uma classe dominante? O espírito de cisão, isto é, a conquista progressiva da consciência da própria personalidade histórica, espírito de cisão que deve tender a se ampliar da classe protagonista às classes aliadas potenciais: tudo isso requer um complexo trabalho ideológico.

Marro (2006, p.211) destaca alguns eixos que elaboraram uma síntese do conceito de hegemonia, sendo eles:

- a) É a direção intelectual e moral de uma classe fundamental sobre o conjunto da sociedade, porque supõe a difusão de sua visão do mundo entre distintos grupos sociais;
- b) A hegemonia é de classe, é economia, porque tem sua base no mundo produtivo, mas também é política – unificação da estrutura e superestrutura, do particular econômico e do universal político;
- c) Supõe uma elevação dos interesses privados dessa classe (econômicos corporativos) a um plano político universal abarcando os interesses de outros grupos sociais, ou seja, constitui-se como “classe nacional” ao assumir como seus os problemas da nação;
- d) Supõe compromissos dinâmicos de outros grupos sociais, isto é, uma ampla base social;
- e) Implica um consenso ativo e organizado de grupos sociais, não igualando-se necessariamente com despolitização e manipulação ideológica;
- f) Expressa uma visão de mundo compartilhada, um mesmo “clima cultural”, valores comuns;
- g) Supõe uma relação democrática (de respeito e construção de pluralismo) onde a direção social e o caráter de classe não são comprometidos, isto é, uma relação hegemônica permite que as diferenças sejam fortalecidas/sintetizadas nessa vontade coletiva (os interesses privados são conservados e elevados a um nível superior por meio dela);
- h) É uma relação pedagógica e educacional;
- i) Implica disputa, luta e confrontação de ideias, uma batalha cultural ou de lutas de classes no plano das ideias, das visões de mundo.

A seguir veremos a particularidade de um projeto profissional e sua vinculação aos projetos societários. Pois, é necessário compreender do que se trata um projeto profissional e qual sua relação com projeto societário, a fim de, adiante, analisarmos a concepção de hegemonia na construção e consolidação do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro.

## 1.2 CONCEPÇÃO DE PROJETO PROFISSIONAL

De acordo com Netto (1999, p.4), os projetos profissionais são projetos coletivos relacionados às profissões, “especialmente as profissões que, reguladas, supõem uma formação teórica e/ou técnica-interventiva, em geral de nível acadêmico superior”. Eles são estruturas dinâmicas, que se renovam e se modificam:

[...] respondendo às alterações no sistema de necessidades sociais sobre o qual a profissão opera, às transformações econômicas, históricas e culturais ao desenvolvimento teórico e prático da própria profissão e, ademais às mudanças na composição social do corpo profissional (NETTO, 1999, p.5).

Os projetos também possuem dimensões políticas, tanto no seu sentido amplo “referido às suas relações com projetos societários” (NETTO, 1999, p.5), quanto em seu sentido estrito “referido às perspectivas particulares da profissão” (NETTO, 1999, p.5). Entretanto, Netto (1999) pontua que nem sempre tais dimensões

são explicitadas, explicando que, em especial para direções conservadoras<sup>13</sup>, pois costumam negar as dimensões políticas e ideológicas.

Um importante ponto a destacar neste assunto é a relação dos projetos profissionais com o pluralismo, pois o corpo profissional possui indivíduos diferentes que possuem “origens, situações, posições e expectativas sociais diversas, condições intelectuais distintas, comportamento e preferências teóricas, ideológicas e políticas variadas” (NETTO, 1999, p.6). Para Netto (1999), o projeto profissional constitui um universo heterogêneo, tal que, seu corpo profissional é uma unidade não-homogênea, um campo de tensões e lutas, “nele estão presentes projetos profissionais individuais e societários diversos e, portanto, configura um espaço plural do qual podem surgir projetos profissionais diferentes” (NETTO, 1999, p.6).

Fica evidente que, o fato de um projeto profissional se afirmar e se consolidar, não significa que ele seja exclusivo no interior profissional. Sempre existirão segmentos profissionais que proporão projetos alternativos. Mas o ponto central é que “tal afirmação deve fazer-se mediante o debate, a discussão, a persuasão [...] pelo confronto de ideias e não por mecanismos coercitivos e excludentes” (NETTO, 1999, p.6). E nessa direção, o referido autor defende que “o verdadeiro debate de ideias só pode ter como terreno adequado o pluralismo que, por sua vez, supõe também o respeito às hegemonias legitimamente conquistadas” (NETTO, 1999, p.6), sendo assim, para ele, o pluralismo se faz um elemento factual da vida social da profissão. Entretanto, isso não dá abertura para cair no ecletismo, muito pelo contrário, é necessário a luta de ideias. Como mencionado na introdução, o ecletismo está na falta de rigor científico ao recorrer a diferentes teses, sem se preocupar com a coerência entre as mesmas.

Já os projetos societários são também um tipo de projeto coletivo, porém constituem projetos macroscópicos, ou seja, constroem propostas para o conjunto da sociedade. Outros projetos não possuem esse nível de amplitude e inclusividade, fazendo deste o seu traço peculiar, destaca o autor. Eles são também projetos de classe, isso significa que há uma dimensão política que envolve relações de poder,

---

<sup>13</sup> Sobre o conservadorismo, Yasbek (2018) traz uma importante contribuição ao pontuar que o conservadorismo não é uma teoria social, mas sim “como forma de pensamento e resultado de um contramovimento aos avanços da modernidade, e nesse sentido, suas reações são restauradoras e preservadoras, particularmente da ordem capitalista. [...] a teoria social por sua vez constitui conjunto explicativo totalizante, ontológico, e, portanto, organicamente vinculado ao pensamento filosófico, acerca do ser social na sociedade burguesa, e a seu processo de constituição e reprodução. [...]” (YASBEK, 2009, p.147, *apud* YASBEK, 2018, p.50).

de acordo com Netto (1999, p.2), eles possuem em seu núcleo “a marca da classe social a cujas interesses essenciais respondem”. Netto (1999) pontua que a concorrência entre diferentes projetos societários é um fenômeno próprio da democracia política: “é somente quando se conquistam e se garantem as liberdades políticas fundamentais que distintos projetos societários podem confrontar-se e disputar a adesão de membros da sociedade” (NETTO, 1999, p.2). Porém, explica Netto (1999), que na ordem do capital, por razões econômicas, sociais e culturais, mesmo em uma democracia política, “os projetos societários que respondem aos interesses das classes trabalhadoras e subalternas sempre dispõem de condições menos favoráveis para enfrentar os projetos das classes proprietárias e politicamente dominantes” (NETTO, 1999, p.3).

Netto (1999, p.7) também assinala que é possível que um projeto societário hegemônico seja contestado por projetos profissionais que conquistem hegemonia em seus respectivos corpos, “esta possibilidade é tanto maior quando tais corpos se tornam sensíveis aos interesses das classes trabalhadoras e subalternas e quanto mais essas classes se afirmem social e politicamente”. Dessa forma, nessas situações é comum que se agudize no interior dos corpos profissionais as diferenças e divergências entre os diversos segmentos que os compõem. Como aponta Moljo e Silva (2018, p.116) os projetos profissionais sempre estão “diretamente associados a projetos societários seja por estarem comprometidos com a manutenção, a reforma ou a ruptura da ordem burguesa que atualmente se particulariza na América Latina”. É necessário pontuar que o enfrentamento entre projetos profissionais com projetos societários hegemônicos possui limites numa sociedade capitalista. Entretanto, as lutas travadas no âmbito da sociedade civil “tem implicações concretas na contraposição ao projeto burguês, na diminuição das barreiras coercitivas do Estado, inegavelmente, no fortalecimento da práxis política coletiva com vistas à construção de uma nova hegemonia” (SIMIONATTO, 2011b, p.31).

Por fim, é interessante assinalar que os projetos profissionais são compostos por uma imagem ideal da profissão (ORTIZ, 2010), os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas e práticas. E para que haja uma articulação entre estes aspectos, é necessário recursos políticos organizativos, processos de debate, elaborações e investigações teóricas. Entretanto, esses aspectos se dividem em dois grupos, os que são imperativos e os que são indicativos. Os imperativos são aqueles obrigatórios para

todos os que exercem a profissão, na maior parte são aspectos jurídicos-estatais (exemplo: inscrição no CRESS). Segundo Netto (1999) os indicativos são aqueles aspectos que não há um consenso mínimo que garanta seu cumprimento rigoroso e idêntico por todos os membros do corpo profissional (exemplo: contestação de alguns princípios e normas do atual Código de Ética profissional).

Ora, é a partir desse raciocínio que este trabalho se propõe a discutir adiante a construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social no Brasil, que ocorreu como parte da renovação do Serviço Social brasileiro na vigência da autocracia burguesa, no final dos anos 1970 e começo dos anos de 1980. É válido destacar que foi neste processo que “suscitou uma “nova cultura profissional” diretamente vinculada ao Projeto Ético-Político profissional, ambos opostos a Serviço Social tradicional e às suas diversas renovações a partir dos anos 1960” (MOLJO; SILVA, 2018, p.116). De acordo com Moljo e Silva (2018, p.117), por cultura profissional, se refere: “ao modo de ser [...] valores socialmente construídos com bases nas determinações de existência do ser social, na sua vida histórica real”. Isso incide nas direções formadas por posicionamentos políticos amplos que sustentam matrizes teóricas de conhecimento, mesmo que não se reconheça essa relação. Influenciado a organização e formação profissional das profissões e profissionais. Dessa forma, é importante levar-se em conta que a cultura não é algo novo na profissão, isto é, desde a sua constituição em 1930, havia uma cultura profissional, um perfil profissional a ser construído, mesma que não reconhecendo essa relação como mencionado anteriormente, inspirada em “fortes influências religiosas, conservadoras e até reacionárias” (MOLJO; SILVA, 2018, p.119), onde apreendia-se “a “questão social” como uma questão moral, na qual o assistente social devia intervir procurando “adaptar e ajustar” os indivíduos que sofriam algum tipo de “problema”” (Idem).

Dessa forma Moljo e Silva (2018) explicam que a cultura profissional expressa uma forma de conceber o mundo, de intervir na realidade, implica em como compreendemos os sujeitos e a forma que nos relacionamos com estes, na escolha de determinados objetos de estudos etc. Visto isso, vale mencionar, que a nova cultura profissional do Serviço Social brasileiro, é vinculada

[...] a projetos societários cujo horizonte é a emancipação social dos homens e mulheres [...] de defesa de direitos, bem como a ênfase na socialização da riqueza socialmente produzida e no estímulo às lutas sociais travadas no âmbito da denominada “sociedade civil” (MOLJO; SILVA, 2018, p.128)

Outro ponto importante levantado pelos referidos autores, é de que construir uma nova cultura profissional, é também difundir criticamente elementos intelectuais e morais, apontando para uma direção social estratégica, ou seja “a cultura tem um sentido social e coletivo, deve servir como referência para sustentar “ações vitais”, estimular e solidificar hegemonias [...]” (MOLJO; SILVA, 2018, p.128). Nessa direção, no item a seguir discutir-se-á acerca desse debate sobre a hegemonia gramsciana e o processo de solidificação e disputa dessa nova cultura profissional que suscitou junto com o Projeto ético-político profissional.

### 1.3 INTERLOCUÇÃO DA CONCEPÇÃO GRAMSCIANA DE HEGEMONIA E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

A concepção de hegemonia, explica Simionatto e Negri (2017), possui critério histórico-político que permite analisar a movimentação das classes sociais e as disputas em torno do poder. Dessa forma, os componentes de coerção e consenso coexistem “[...] no tempo e no espaço, e correspondem à supremacia de uma determinada classe social sobre o conjunto da sociedade, alicerçando a análise heurística da sociedade civil e sociedade política” (SIMIONATTO; NEGRI, 2017, p.18).

Simionatto e Negri (2017) analisam em seu artigo três eixos conferidos à hegemonia nas formulações do Serviço Social. O primeiro diz respeito as produções concernentes à análise da hegemonia em uma ampla variedade de problemas e questões relativos à realidade contemporânea, abarcando as expressões do Estado, da sociedade e da ideologia. Já o segundo enfoque destaca a relação de hegemonia e sociedade civil, referindo-se à “dimensão política do conceito de sociedade civil e a articulação dialética na luta pela hegemonia e pela conquista do poder por parte das classes subalternas” (SIMIONATTO; NEGRI, 2017, p.19). Esse eixo também contempla os movimentos sociais e as formas de resistência e organização na luta de classes, como:

[...] possibilidade de elaboração de uma contra hegemonia por parte das classes subalternas, e igualmente às formas de dominação utilizadas pela burguesia na construção do consenso junto aos grupos subalternos, através da desmobilização de suas iniciativas, desorganizando-os em relação a si próprios e reorganizando-os segundo os interesses burgueses (SIMIONATTO; NEGRI, 2017, p.19).

A direção político-econômica dominante “conforma uma concepção homogeneizante de sociedade civil, acrítica e aclassista, pilares da hegemonia neoliberal e dos ideários dos organismos internacionais” (DURIGUETTO, 2014, *apud* SIMIONATTO, 2011b, p.20).

O terceiro eixo citado por Simionatto e Negri (2017) é no qual está pesquisa se inscreve. Nele os estudos estão voltados ao projeto ético-político profissional:

[...] uma vez que sua hegemonia requer a disputa, o enfraquecimento ao conservadorismo e a capacidade de articular forças para a construção de “respostas concretas (no plano teórico, filosófico, prático-interventivo, ético-político etc.) aos dilemas que atravessam o Serviço Social na atualidade (MARRO, 2006, p.213).

Nesse eixo, as produções procuram estudar o exercício profissional do assistente social junto aos movimentos sociais, na organização e mobilização popular e as possibilidades de contribuir no fortalecimento das lutas direcionadas à construção da hegemonia das classes subalternas (SIMIONATTO, 2011b). Nessa direção, Gramsci nos ajuda a compreender os processos que permeiam tanto as relações de dominação e exploração na esfera econômica como a formação de novos padrões culturais e formas de pensar. Simionatto (2011b), ao pensar a prática profissional de um assistente social, aponta sobre o domínio do universo de valores, que imprimem direções diversas, a partir da linguagem, que pode tanto ser progressista quanto conservadora. Dessa forma, a prática profissional:

[...] implica não apenas no domínio formal de um conjunto de técnica, mas também na construção teórica e de um ideário ético-político, determinantes para se trabalhar elementos simbólicos, ideológicos, ideias e valores presentes na vida cotidiana das classes subalternas, constituindo-se em um momento essencial à consolidação da alienação ou da desalienação, à modificação ou à cristalização de modos de pensar e de visões de mundo (SIMIONATTO, 2011b, p.28).

Desse modo, imprime-se à ação uma direção consciente. Tal atuação abarca uma dimensão educativa ao imprimir posições políticas e éticas, essencial nas elaborações inovadoras e antagônicas aos velhos modos de pensar (SIMIONATTO, 2011b).

No intuito de estabelecer a compreensão da interlocução da concepção de hegemonia para um projeto profissional, Rodrigues (2008, p.34-35) assinala que:

Ao transpor essa categoria teórica para análise no âmbito profissional, a hegemonia é comumente utilizada, por diversos(as) analistas do Serviço Social, dentre os(as) quais me incluo, como direção ético-política e teórica que sustenta determinada direção social estratégica, representando uma dada compreensão de realidade e de profissão e de formas de enfrentamento adotadas por segmentos dos(as) assistentes sociais e suas entendidas representativas; embora possa não ser majoritária na categoria profissional.

Com isso podemos concluir que hegemonia não se faz representar meramente pela quantidade.

A hegemonia de um projeto profissional se expressa em todas as suas instâncias, como em seu projeto de formação, paradigmas de intervenção, órgãos de representação. Entende-se que a conquista de hegemonia da direção estratégica atual no Serviço Social brasileiro se expressa em três níveis: na produção de conhecimento, nos marcos legais e na organização política. Esse processo foi construído através de uma vontade político-organizativa, por segmentos de profissionais que buscavam se aliar com o movimento democrático e popular, nas suas lutas contra o projeto neoliberal. Marro (2006) também contribui para compreendermos a interlocução da questão de hegemonia na construção de um projeto profissional, reforçando o que a Rodrigues (2008) apontou, ao dizer que:

[...] a consolidação de um determinado projeto profissional expressa uma tentativa por imprimir uma certa direção social na prática profissional, implicando uma difusão na categoria em torno do perfil profissional, dos fundamentos teóricos-metodológicos, dos filosóficos, em seus compromissos éticos, competências e atribuições na direção sócio-técnica do trabalho, entre outros (MARRO, 2006, p.213).

Entende-se que a hegemonia representa uma direção social na prática profissional, “construída por sujeitos coletivos que participam da disputa do sentido e direção da sociedade” (MARRO, 2006, p.214), ou seja, a categoria profissional pode ser entendida como sujeitos coletivos na arena da sociedade civil. Iamamoto (2007, p.230) também complementa nesse sentido ao dizer que:

[...] por meio da luta hegemônica, os assistentes sociais, enquanto cidadãos e trabalhadores, passam a ser parte de um “sujeito coletivo”, que partilha concepções e realiza, em comum, atos teleológicos articulados e dirigidos a uma mesma finalidade, como parte da comunidade política.

Rodrigues faz um importante apontamento acerca do processo de consolidação de um projeto profissional hegemônico, ao reconhecer a presença do pluralismo, afirmando que em uma profissão, existem propostas e grupos que conseguem se tornar hegemônico:

[...] se funda em uma perspectiva analítica que concebe a hegemonia articulada ao pluralismo com direção social. Pode-se inferir que a hegemonia com o pluralismo, no âmbito do projeto profissional, expressa a predominância de uma direção política, construída por meio de uma vontade coletiva, gestada por um processo não coercitivo e pressupõe a não eliminação ou repressão de interesses particulares contrários a direção predominante (RODRIGUES, 2008, p.35).

Defende-se “a capacidade de dirigir sem impor, mas assegurando direção, o que é bem distinto” (RODRIGUES, 2008, p.35) e, para isso, é fundamental a garantia

para o espaço do debate, para o amadurecimento de decisões, pois, no âmbito da categoria profissional dos assistentes sociais, o pluralismo se expressa por meio das lutas, divergências, discussões, confrontos de ideias e polêmicas teórico-políticas. Também é necessário reforçar que um projeto profissional hegemônico não é homogêneo, como dito anteriormente, ele não será exclusivo, pois, “determinados segmentos profissionais podem propor outros projetos divergentes do hegemônico, quando analisam a sociedade e a profissão sob outros fundamentos e possuem, inclusive, concepção, forma e método diferentes de fazer política” (RODRIGUES, 2008, p.31), afinal é exatamente aí que o segundo capítulo se debruçará, apontando os diferentes projetos que se manifestam atualmente no Serviço Social. A autora complementa sobre a articulação do atual projeto profissional, ao projeto societário, dizendo que “a construção de uma nova direção social hegemônica para o projeto profissional não constitui um movimento endógeno ao âmbito profissional, mas integra uma dimensão mais ampla: a societária” (RODRIGUES, 2008, p.33). De acordo com ela:

Trata-se da compreensão da profissão e de seus desafios, no contexto sócio histórico das determinações postas pela sociabilidade do capital. Isto significa que não é possível pensar a profissão em si mesma, como se suas demandas não expressassem, por um conjunto das mediações, as contradições das classes sociais em disputa na sociedade. A partir da perspectiva de totalidade que nós adotamos é impossível não fazer essa articulação do projeto profissional ao projeto societário (RODRIGUES, 2008, p.33).

A seguir veremos com mais elementos socio-históricos, como se deu o processo da construção e consolidação de uma nova direção social no Serviço Social brasileiro, assim como os desafios já postos a tal projeto que neste ano data apenas 40 anos.

#### 1.4 PROCESSO CONSOLIDAÇÃO DE UMA DIREÇÃO SOCIAL HEGEMONICA CRÍTICA NO SERVIÇO SOCIAL

Diante do exposto anteriormente, identifica-se o imbricamento da ideia de que um projeto profissional é uma projeção coletiva, imagem ideal e compartilhada sobre os fundamentos da profissão de um determinado grupo, e ele é hegemônico quando democraticamente detém e direciona os espaços fundamentais da profissão e expressa e traz consigo a concepção da profissão. Marro (2006) assinala que a tentativa de consolidar uma direção social hegemônica crítica no Serviço Social se deu através de dois principais eventos: o Movimento de Reconceituação Latino-

americano (1965-1975)<sup>14</sup> e o Processo de Renovação do Serviço Social brasileiro (1960-1980)<sup>15</sup> identificado por Netto em sua obra “Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64” de 1990, que construiu, pela primeira vez na história do Serviço Social brasileiro, “um projeto capaz de incidir e dar uma direção social alternativa ao mandato tradicional conservador do Serviço Social” (MARRO, 2006, p.213).

Como mencionado anteriormente, o projeto ético-político emerge do processo de Renovação do Serviço Social brasileiro, que ocorre no interior da ditadura burguesa (1964-1979). Nesse período, o país passa por profundas mudanças econômicas sociais e políticas. Netto (2009) explica que a ditadura burguesa consistia em três objetivos: 1º) adequar os padrões de desenvolvimento nacional a um novo momento da dinâmica capitalista, marcado por uma acentuada internacionalização do capital; 2º) golpear e imobilizar os protagonismos sociais e políticos interessados em resistir a este processo; e 3º) combater em todo o mundo tendências políticas e ideológicas alternativas ao capitalismo e/ou conducentes a via socialista, tal fenômeno se dava em escala mundial.

Tal período é marcado pelo o início do capital internacional no Brasil, em que a burguesia industrial subordina-se ao capital estrangeiro e o Estado passa a assumir um papel fundamental com um projeto desenvolvimentista providenciando todo o aparato técnico e político para a manutenção da industrialização pesada, que

---

<sup>14</sup> De acordo com Eiras, Yazbek e Santos (2017), “o MRLA possui uma datação histórica consensual na bibliografia ao período de 1965 a 1975 (NETTO, 1991; ALAYON, 2005; FALEIROS, 2005) – o movimento expressou o novo posicionamento ético e político do Serviço Social, alinhado às lutas progressistas e aos novos referenciais teórico-metodológicos que buscaram superar as referências utilizadas pelo Serviço Social tradicional. [...] Destacadamente o movimento se expressou na Argentina, Uruguai, Chile e Brasil. [...] é compreendido como um movimento heterogêneo, no qual emerge um posicionamento ético-político que se compromete com a realidade social da América Latina e explicita o lugar do Serviço Social na reprodução das desigualdades sociais, bem como sua função social, implicação sócio-política e valores ideológicos, com pretensão de intervir na alteração dessa realidade. Desse modo, os trabalhadores sociais (assistentes sociais) questionam a neutralidade técnica, recusam a importação de referências norte-americanas e combatem a “técnica transplantada”. Simultaneamente, buscam construir referências latino-americanas para a ação profissional. Há também uma construção que transcende os países, que se expressa na criação de organizações de trabalhadores sociais de caráter latino-americano, como a Asociación Latinoamericana de Enseñanza em Trabajo Social (Alaets) e o Centro Latinoamericano de Trabajo Social (Celats), que impactam sobre a organização dos assistentes sociais no continente, bem como na elaboração e divulgação das novas referências produzidas pelo MRLA” (EIRAS; YAZBEK; SANTOS, 2017, p.23).

<sup>15</sup> Este processo teve seu marco no II CBAS, em 1979, na cidade de São Paulo, “quando, então, de forma organizada, uma vanguarda profissional virou uma página na história do Serviço Social brasileiro ao destruir a mesa de abertura composta por nomes oficiais da ditadura, substituindo-os por nomes advindos do movimento dos trabalhadores” (BRAZ; TEIXEIRA, 2009, p.12), ficando conhecido como o “Congresso da Virada”.

resultava em um novo padrão de acumulação de riqueza, bens e poder. Dessa forma, a constituição do insulamento burocrático no Estado é adotada como estratégia administrativa para responder à aceleração da industrialização em termos políticos e técnicos, trazendo privilégios à classe dominante a partir de investimentos dos recursos públicos ao setor privado. Tal cenário contribuiu para a manutenção da estrutura de concentração de renda, riqueza e poder, em razão direta com a exponenciação das manifestações da “questão social” (aumento da pobreza, violência, desigualdade de renda, falta de habitação etc.). Este novo desenvolvimento econômico estava associado a subalternidade aos interesses imperialistas, e o poder do Estado estava sob as mãos de uma burocracia civil e militar, servindo aos interesses consorciados imperialistas e nativos.

Esse quadro provocou alterações profundas em toda a sociedade brasileira, inclusive nas profissões. No Serviço Social, este processo consolidou um mercado nacional de trabalho para os assistentes sociais, pois: o desenvolvimento das forças produtivas na moldura sociopolítica peculiar da ditadura burguesa saturou o espaço social brasileiro com todas as refrações da “questão social” hipertrofiadas e com a sua administração crescentemente centralizada pelas políticas sociais do Estado ditatorial (voltadas prioritariamente para favorecer o grande capital). Dessa forma, além de se ampliar os espaços a serem preenchidos por assistentes sociais nas organizações-institucionais do Estado, exige-se ao mesmo tempo, um novo perfil profissional, um assistente social “moderno”, como referido por Netto (2009), que atue como um técnico especializado nas diferentes refrações da “questão social” sob as políticas setoriais (previdência, habitação, assistência, educação etc.), sendo apto a manusear a racionalização burocrática que estava sendo implementada. Essa ampliação também ocorre nos setores privados do mercado de trabalho, as empresas começam a demandar esse profissional, por conta do crescimento das indústrias e da vigilância e controle sobre a força de trabalho no território da produção, e as organizações filantrópicas com o aumento das expressões da “questão social”, começam a realizar concursos para empregar os assistentes sociais. Dessa forma,

[...] o efeito global dessas exigências engendrou precisamente um vetor de erosão do Serviço Social tradicional: implicou um direcionamento teórico-racional [...] que derruía os comportamentos profissionais impressionistas, fundados conseqüentemente em supostos humanistas abstratos e posturas avessas ou alheias às lógicas da programação organizacional (NETTO, 2009, p.12).

Exige-se um assistente social moderno, onde os traços tradicionais de seu desempenho sejam descolocados e substituídos por procedimentos racionais. Dessa maneira, produzir este profissional moderno implicava em uma mudança na formação profissional: houve uma refuncionalização das agências de formação dos assistentes sociais “apta a romper com o confessionismo, o paroquialismo, e o provincianismo, que historicamente vincaram o surgimento e o evoluir imediato do ensino do Serviço Social” (NETTO, 2009, p.124), como também aumentando a quantidade de agências de formação, pois, se em 1959 existiam 28 cursos, em 1988 passam a existir 66 (NETTO,2009). Essa refuncionalização e expansão da formação aconteceu ao mesmo em que se consolidou um mercado nacional de trabalho dos assistentes sociais.

Este quadro insere o Serviço Social no âmbito universitário, que até então tinha sua formação em agencias de formação, mantidas por escolas isoladas e organizações leigas de ordem religiosa, impulsionadas por valores morais, que agora, passa a converter-se em unidades de complexos universitários. Proporcionando a interação das preocupações técnico-profissionais com as disciplinas vinculadas às ciências sociais com influxo da sociologia, da psicologia social e da antropologia. Sendo assim, compreende-se que o projeto de modernização conservadora da ditadura burguesa, redefine a base de legitimidade profissional ao se redefinirem as exigências do mercado de trabalho. Este contexto fornece as balizas histórico-sociais e ideoculturais nas quais a profissão experimentará um giro em seu interior. Diante disso, Netto (2009, p.127) explica que o Serviço Social configurava-se como um “caleidoscópico de propostas teórico-metodológicas, com marcadas fraturas ideológicas, projetos profissionais e confronto, concepções interventivas diversas, práticas múltiplas, proposições de formação alternativas”, uma discussão teórica e ideológica até então inédita na categoria profissional. Pois, até a metade da década de sessenta o Serviço Social não apresentava polêmicas, mostrando uma relativa homogeneidade nas suas projeções interventivas, matinha unidade em suas propostas profissionais e sinalizava uma formal ausência em participações político-partidária. A ruptura com este cenário tem suas bases na laicização da profissão. Por conta disso, Netto (2009) afirma que a laicização representa um dos elementos caracterizadores da Renovação do Serviço Social, pois foi através dela que se desencadeou uma “diferenciação na categoria profissional em todos os seus níveis e a conseqüente disputa pela hegemonia do processo profissional em todas as suas

instâncias (projeto de formação, paradigmas de intervenção, órgãos de representação etc.)” (NETTO, 2009, p.128).

Um outro aspecto destacado por Netto (2009) está no caráter contraditório dos fenômenos sócio-históricos, pois, contraditoriamente à ideia do projeto modernizador do regime ditatorial, ao se refuncionalizar a contextualização da prática profissional e redimensionar o quadro de formação, emergem-se núcleos e vetores profissionais que, por estarem inseridos no âmbito das ciências sociais de matriz nacional popular, conseguem ter elementos de oposição e contestação ao próprio regime autocrático burguês, isto é,

[...] instaurando condições para a renovação do Serviço Social de acordo com suas necessidades e interesses, a autocracia burguesa criou simultaneamente um espaço onde se inscrevia a possibilidade de se gestarem alternativas às práticas e às concepções profissionais que ela demandava (NETTO, 2009, p.129).

Compreende-se então, de acordo com Netto (2009), que a renovação é esse conjunto de características novas, no marco da autocracia burguesa, onde o Serviço Social procura investir-se como uma instituição de natureza profissional dotada de legitimidade prática e de validação teórica. O processo de laicização além de demarcar a erosão das práticas tradicionais da profissão, configura-se em perspectivas diversificadas, na construção de um pluralismo profissional. Evidencia-se que o processo de renovação do Serviço Social foi impulsionado pelas determinações políticas, econômicas e sociais condicionadas pela ditadura burguesa em seu processo de modernização-conservadora. Tracejando um movimento que apontou para uma ponderável reformulação do cenário do Serviço Social devido à instauração de condições novas. Netto (2009) identifica três linhas desenvolvimento profissional intrínsecas a este processo de renovação. Essas diferentes direções profissionais, que serão estudadas particularmente na sequência dessa argumentação, se expressam nesse período de renovação em um “movimento cumulativo, com estágios de dominância teórico-cultural e ideopolítico distintos, porém entrecruzando-se e sobrepondo-se” (NETTO, 2009, p.152), ou seja, as reflexões profissionais das três linhas identificadas se desenvolveram diferencialmente tanto em termos cronológicos quanto teoricamente.

Vejamos: a primeira Netto (2009) identifica como uma “perspectiva modernizadora”, pois, no período da autocracia burguesa, convenientemente foi a que mais harmonizou-se com o perfil profissional requisitado no momento, entretanto,

junto com a crise da ditadura militar, a mesma tem sua hegemonia em questão, justamente por essa “colagem à ditadura”, diminuindo quantitativamente em sua expressão como (auto)representação dos assistentes sociais. De acordo com Netto (2009), a perspectiva modernizadora foi a primeira expressão do processo de Renovação do Serviço Social no Brasil. O auge da sua formulação está na segunda metade dos anos sessenta, seu impulso organizador é praticamente monopolizado pelas iniciativas do CBCISS (Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais), que então abre a série de seus importantes “seminários de teorização”. Há dois eventos emblemáticos que resultaram em documentos que consagram a sua caracterização, sendo eles: o Seminário de Araxá em 1967, e o Seminário de Teresópolis em 1970. No estudo destes documentos, o autor constata o não questionamento à ditadura, a ordem burguesa não é indagada, pelo contrário suas regras são eternizadas e naturalizadas, dessa forma, os assistentes sociais tinham que se adequar à ditadura.

Com a ampliação no mercado de trabalho do assistente social nas instituições privadas e públicas, gerado pelo projeto desenvolvimentista que o país estava passando, evidencia-se uma preocupação em responder as atuais demandas, tornando-se a vertente que mais venceu a massa da categoria profissional, imprimindo uma prática de um cariz tecnocrático, inserindo o Serviço Social no arsenal de técnicas sociais a ser operacionalizado no marco das estratégias de desenvolvimento capitalista. Tendo por concepção um Serviço Social interveniente, dinamizador e integrador ao desenvolvimento, e o assistente social, como agente de mudança que tem o papel de incentivar a participação, mobilização e integração da população ao sistema. Essa vertente recusa a crítica do Serviço Social tradicional e reitera práticas tradicionais inserindo-as numa moldura teórica e metodológica menos débil que a do Serviço Social tradicional, subordinando-as aos seus vieses “modernos”, “donde, por outro lado, o lastro eclético de que é portadora” (Netto, 2009, p.155). Sendo assim, seu caráter modernizador está no seu aporte teórico no estrutural-funcionalismo norte-americano, que aceita a ordem sociopolítica como um dado inquestionável, ao mesmo tempo que busca responder as demandas dotando a profissão de referências e instrumentos, atribuindo ao Serviço Social um cariz tecnocrático.

A segunda direção identificada como a reatualização do conservadorismo “se manifesta no interior da complexa dialética de ruptura e continuidade com o passado profissional, a ponderabilidade maior da herança profissional” (NETTO, 2009, p.202).

Se torna a segunda direção do processo de renovador do Serviço Social, ao se instalar no meio profissional em meados dos anos setenta. Seu polo difusor concentra-se em instituições universitárias no Rio de Janeiro e de São Paulo, essencialmente na pós-graduação, tendo a obra de Anna Augusta de Almeida (1978) intitulada “Possibilidades e Limites da teoria do Serviço Social” como documento emblemático de sua caracterização.

De acordo com o Netto (2009, p.202), “na entrada no segundo lustro dos anos setenta, posturas francamente conservadoras encontravam uma ambiência pouco favorável para se objetivarem como tais na (auto) representação profissional” justamente por se opor a laicização profissional, que jogava contra o retorno aos velhos confessionalismos e pela crescente ponderação de tendências católicas, que se alinhavam numa posição receptiva em face de projetos societários anticapitalistas e de parâmetros marxistas, diante disso, tal vertente:

[...] deveria travar duplo combate: deter e reverter a erosão do ethos profissional tradicional e todas as suas implicações sociotécnicas e, ao mesmo tempo, configurar-se como uma alternativa capaz de neutralizar as novas influências que provinham dos quadros próprios da inspiração marxista (NETTO, 2009, p.203).

Netto (2009) a revela com uma “nova roupagem” de concepções conservadoras do Serviço Social, visto que, essa possui características peculiares, elementos que a distingue em face do passado profissional, pois “em todos os seus documentos significativos, insistem na necessidade de um esforço sistemático no sentido de produzir conhecimentos para fundar as práticas profissionais” (NETTO, 2009, p.208). Deste modo, essa vertente em recusa aos padrões teórico-metodológicos tanto da tradição positivista quanto da tradição marxista, recorre à fenomenologia<sup>16</sup> como o insumo para a reelaboração teórica e prática da profissão, sendo esta: ausente de referências bibliográficas “clássicas”, sem interlocução direta com Husserl, Heidegger, Scheler, Hartmann ou Schutz. Suas remissões são de fontes secundárias, ausente de confrontos, resultando em um ponderável empobrecimento teórico e crítico de categorias engendradas na vertente aberta por Husserl. Ou seja, o recurso à fenomenologia, é tratado pelos autores dessa perspectiva da profissão por “uma aproximação impressionista e aleatória a alguns núcleos temáticos do

---

<sup>16</sup> Segundo Yasbek (2018, p.74) “o método fenomenológico consiste na descrição direta da nossa experiência enquanto tal, como ela é, sem nenhuma consideração por sua gênese. O real deve ser descrito, não explicado ou analisado”.

pensamento fenomenológico, resgatados frequentemente segundo uma ótica elementar e eclética” (NETTO, 2009, p.215).

Como regresso ao tradicionalismo profissional, tal vertente assume a recuperação de seus valores universais (neotomismo) e a centralização nas dinâmicas individuais (com viés existencialista). Confere à profissão o traço microscópico da sua intervenção, subordinando-a a uma visão de mundo derivada do pensamento católico tradicional, mas com um verniz modernizador de inspiração fenomenológica. Formula-se um Serviço Social fundando no circuito da ajuda psicossocial. Para Netto (2009) é evidente a permanência do tradicionalismo ainda que sob novas formas, em que, apesar de se apresentar com uma nova inspiração metodológica, acaba configurando um cariz muito pouco inédito.

Dessa forma, entende-se que tal vertente preocupa-se em conformar uma identidade profissional que restauraria a essencialidade da tradição ameaçada pelas outras vertentes que concorriam na disputa pela renovação profissional.

A terceira vertente se propõe como intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional. Recorre à tradição marxista e conseqüentemente revela dificuldades de afirmação durante o período sociopolítico da autocracia burguesa, permanecendo na primeira metade da década de setenta como um signo isolado, onde na medida em que se avança a crise da ditadura, a mesma vai se desenvolvendo e se adensando. Na primeira metade dos anos oitenta

[...] é essa perspectiva que dá o tom da polêmica profissional e fixa as características da retórica politizada[...] de vanguardas de maior incidência na categoria [...] e de tal forma que fornece a impressão de possuir uma incontestável hegemonia no universo profissional (NETTO, 2009, p.160).

É pelo amadurecimento e consolidação dessa vertente que se construirá o atual Projeto ético-político do Serviço Social brasileiro. De acordo com o autor, esta perspectiva emerge no quadro da estrutura universitária brasileira na primeira metade dos anos setenta (1972-1975), sua formulação inicial e mais abrangente tem por cenário a Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, essa experiência ficou conhecida pelo emblemático “Método BH” elaborado por quadros docentes e profissionais cuja a formação se dera entre as vésperas do golpe e a fascistização assinalada pelo AI-5. Ocorreu sob uma conjuntura acadêmica em que um grupo de jovens profissionais, aglutinados na escola mineira definem uma linha de renovação do serviço social, sob a direção intelectual de Leila Lima Santos e Ana Maria Quiroga

elaboram uma crítica teórico-prática ao tradicionalismo profissional e propõem, (...) uma alternativa que procura romper com o tradicionalismo no plano teórico-metodológico, no plano da concepção e da intervenção profissionais e no plano da formação (NETTO, 2009, p.263).

O impulso organizador dessa vertente também acontece nos âmbitos dos cursos de pós-graduação e nos organismos ligados as agencia de formação (ABESS) ou diretamente à categoria profissional (como as associações profissionais, posteriormente sindicatos, CENEAS etc.). O “Congresso da Virada” de 1979, assim como a obra de lamamoto (1982) “Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica”, também se consagram como eventos emblemáticos dessa construção.

Como mencionado anteriormente, ela nasce no enfrentamento e denúncia do conservadorismo profissional, na crítica ao desempenho tradicional aos suportes teóricos metodológicos e ideológicos, propondo o rompimento com o pensamento conservador positivista e com o reformismo conservador. Por sua vez, tal recusa ao Serviço Social tradicional, no que tange as suas concepções teórico-metodológicas, ideopolíticas e prático-interventivas, não se restringe apenas no Brasil, Netto (2009, p.142) afirma que:

[...] é um fenômeno internacional, verificável, ainda que sob formas diversas, em praticamente todos os países onde a profissão encontrará um nível significativo de inserção na estrutura sócio-ocupacional e articulará algum lastro de legitimação ideal.

Este fenômeno, de acordo com Netto (2009, p.142), pode ser creditado por alguns “terremotos econômicos-sociais, políticos e ideoculturais que vincaram indelevelmente a face da história, da sociedade e da cultura contemporâneas”.<sup>17</sup> No entanto, nos países latino-americanos, o autor destaca uma peculiaridade desse fenômeno, ao se inscreverem na denúncia das amarras imperialistas, na luta pela libertação nacional, contra a estrutura capitalista excludente, concentradora e exploradora. Evidenciando nesse processo o Movimento de Reconceituação Latino-americano iniciando em 1965 e se exaurindo em 1975, como bem mencionado na nota de rodapé do primeiro parágrafo desse subtítulo. Tal movimento impactou o processo de renovação da profissão no Brasil, articulando-se com esta vanguarda de

---

<sup>17</sup> Diante disso, Netto (2009, p.142) aponta “a baliza de 1968, de Berkeley a Paris, de Praga à selva Tet do Vietnã, das passeatas do Rio de Janeiro às manifestações em Berlim-Oeste, assinala uma crise de fundo da civilização de base urbano-industrial”.

assistentes sociais da perspectiva de intenção de ruptura de pensamento crítico-dialético, ainda que em um marxismo vulgar nesse primeiro momento.

É esta perspectiva que pela primeira vez inscreve no universo simbólico dos assistentes sociais brasileiros produções referenciadas à tradição marxista. Entretanto, sua apropriação/maturação da teoria ocorre processualmente, Netto (2009) o identifica em três momentos. O primeiro momento é caracterizado pela primeira aproximação, que se dá especialmente pelo viés posto pela militância política (em oposição ao governo ditatorial, via político-partidária). Netto (2009, p.268) aponta que esta aproximação “padece de vícios óbvios: instrumentalização para legitimar estratégias e táticas, pouca possibilidade de reflexão teórica sistemática, etc.” Dessa forma, nesse primeiro momento, a intenção de ruptura

[...] recolhe da tradição marxista o visceral empirismo que se escora em estratos do maoísmo e lhe de uma iluminação teórica via redução do arsenal marxiano ao epistemologismo de raiz estruturalista – donde a reiteração de discussões sobre “idealismo” e “materialismo” “ciência e “ideologia”, “teoria” e “prática”, “prática teórica” etc. (NETTO, 2009, p.268).

No segundo momento expressa-se por uma dominância clara pertencente ao

[...] “marxismo acadêmico”: insulada e neutralizada a universidade, a referência a tradição marxista, ainda com fortes traços da redução epistemologista, funda um padrão de análise da documentação profissional com as dimensões próprias da política e da história refratadas por uma lente paradigmática, no entanto obedecendo a exigências intelectuais rigorosas (NETTO, 2009, p.268).

No segundo patamar deste momento a transição democrática repõe a política e a história como objetos práticos inelimináveis e possíveis de reflexão, passando a recorrer as fontes originais. No terceiro momento, tem-se um acúmulo dos anteriores, e direciona a recuperação de diferentes substratos da tradição marxista para analisar a atualidade profissional. Neste momento, a obra de Yamamoto (1982), mencionada anteriormente, é um marco.

Essa vertente permanece como uma perspectiva marginal até o final da década de setenta, propriamente por ser a única vertente que colidia com a ordem ditatorial burguesa, que como consequência, viu-se confinada, uma vez que “esta perspectiva depende mais do que as outras tendências operantes no Serviço Social, de um clima de liberdades democráticas para avançar no seu processamento” (NETTO, 2009, p.248). O autor destaca que:

tal caráter de oposição deve-se creditar a trajetória assinalada: é somente quando a crise da autocracia burguesa se evidencia, com a reinserção da classe operária na cena política brasileira desatando uma nova dinâmica na resistência democrática, que a perspectiva de intenção de ruptura pode

transcender a fronteira das discussões em pequenos círculos acadêmicos e polarizar atenções de segmentos profissionais ponderáveis (NETTO, 2009,p.248).

A transição democrática ocorrida na década de oitenta proporcionou maior maturação intelectual à tradição marxista, resultando em obras emblemáticas para a compreensão dos fundamentos da profissão.

Ora, o processo de renovação revela que pela primeira vez na história do Serviço Social brasileiro, um projeto profissional crítico conquista hegemonia através de uma direção intelectual, de uma cosmovisão de mundo compartilhada e de um consenso ativo e organizado (MARRO, 2006) dentre os assistente sociais, que não se reduz apenas a soma de interesses particulares de um grupo profissional, pois tal projeto é dotado de caráter ético-político, que imprime um norte na atuação profissional, posicionando-a na defesa dos interesses das classes trabalhadoras. Nessa direção, Iamamoto (2007) destaca a dimensão de universalidade na constituição do projeto profissional, que faz com que este não se limite aos seus interesses meramente corporativos, como legitimidade, status, vantagens instrumentais (ex: “salários, prestígio, reconhecimento de poder no conceito das profissões” (IAMAMOTO, 2007, p.227), de maneira tal que ultrapasse tais prerrogativas profissionais, pois para a autora tal projeto “é dotado de caráter ético-político” (IAMAMOTO, 2007, p.227) isto é, “estabelece um norte quanto à forma de operar o trabalho cotidiano, impregnando-o de interesses da coletividade ou da “grande política”, como momento de afirmação da teleologia e da liberdade na práxis social” (IAMAMOTO, 2007, p.227).

Sendo assim, destaca-se um novo aspecto do projeto profissional construído: sua vinculação com um projeto societário de transformação da ordem social, sendo assim, “seus valores e aceções o vinculam a projeções sócio históricas que vislumbram a ruptura com a ordem social vigente” (BRAZ, 2004, p.56), portanto “seu desenvolvimento se dá em sintonia com os movimentos que pretendem mudanças sociais na sociedade com vistas a transformá-la” (BRAZ, 2004, p.56).

Os assistentes sociais deram um salto em sua qualificação e produção acadêmica e na presença política na sociedade. A profissão é reconhecida e financiada por diversas agências de fomento. Amadureceram também suas formas representativas “contando com órgãos de representação acadêmica e profissional, legitimados e integrados entre si” (IAMAMOTO, 2007, p.224). Uma vanguarda de

assistentes sociais passou a ampliar uma autoconsciência crítica das implicações de seu trabalho. Sendo assim, tal projeto:

[...] é fruto da organização social da categoria e de sua qualificação teórica e política, construído no embate entre distintos projetos de sociedade que se refratam no seu interior. Eles redundam em diferenciadas perspectivas de leitura do significado social do Serviço Social, que reverberam na condução e operacionalização do trabalho profissional (IMAMAMOTO, 2007, p.225).

Segmentos profissionais significativos passaram a não mais reproduzir em sua atuação o projeto conservador que dá a origem e hegemoniza o Serviço Social até a década de 1980.

A partir dos anos 1980 com o início da redemocratização do país, a categoria começa a elaborar documentos que consagram essa nova direção social da profissão. O Código de Ética de 1986, se traduz na primeira tentativa de tradução, não só legítima, mas legal, na inversão ético-política do Serviço Social brasileiro, firmando seus compromissos aos da classe trabalhadora. Tal Código fora revisado em 1993, dando origem ao novo Código, assim como a nova Lei de Regulamentação da Profissão criada em 1993, no âmbito da formação as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Serviço Social de 1993<sup>18</sup>. As legislações como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, a Lei Orgânica da Saúde (LOS) de 1990, e etc. também expressam avanços na categoria. Houve progresso em torno da produção teórica, como mencionado anteriormente, “tanto qualitativamente quanto quantitativamente, trazendo temas fundamentais ao processo de renovação, como a questão da metodologia, as políticas sociais e os movimentos sociais” (BRAZ; TEIXEIRA, 2009, p.14).

Já nos anos de 1990, Braz e Teixeira (2009), demarcam como um período de consolidação do projeto profissional, pois revela maturidade profissional através de um escopo significativo de centros de formação na pós-graduação que acabou ampliando a produção de conhecimentos. E maturidade política-organizativa, através de entidades e fóruns deliberativos, “CBAS expressam um crescimento incontestável na produção de conhecimentos e participação numérica dos assistentes sociais” (BRAZ; TEIXEIRA, 2009, p.14). Esses avanços sinalizam, para Braz (2004, p.59), dimensões constituintes do Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro, “que articuladas entre si, lhe asseguram concreção histórica-social”, o pesquisador as

---

<sup>18</sup> “Vemos formadas as bases jurídico-legais da profissão e legitimadas as compreensões teórico-conceituais consensuadas por ampla parcela do Serviço Social brasileiro” (BRAZ, 2004, p.58).

situou em três níveis: uma dimensão teórica, que abarca a produção de conhecimentos no interior da profissão, tendo por parâmetro de afinidade as tendências teórico críticas do pensamento social; a dimensão jurídico-política, aborda o conjunto das leis, resoluções, documentos e textos políticos consagrados no meio profissional; e por último, mas não menos importante, a dimensão político-organizativa, que representa os espaços deliberativos e consultivos como o Conselho Federal do Serviço Social-CFESS, o Conselhos Regional do Serviço Social -CRESS, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa do Serviço Social -ABEPSS, e a Executiva Nacional de Estudante de Serviço Social -ENESSO.

Nessa década, também se destaca dois processos inter-relacionados: a continuidade do processo de consolidação do projeto profissional, denominado como Projeto Ético-Político (PEP), e “as ameaças que sofre diante das políticas neoliberais que repercutem no seio da categoria sob forma de um neoconservadorismo profissional” (BRAZ, 2004, p.59). No campo ideocultural, sinalizam “a prevalência de modos de pensar que têm afirmado a impossibilidade de superação da ordem do capital” (BRAZ, 2002, p.59), a pós modernidade nesse cenário “expressa esse caldo de cultura e pode ser considerada a base ideocultural sobre a qual a ordem burguesa se apoia para se manter dominante” (BRAZ; TEIXEIRA, 2009, p.14).

Marro (2006, p.214), afirma que esse processo de hegemonia requer o confronto do conservadorismo, não apenas pela mera denuncia, mas sim revelando criticamente seus limites e suas funcionalidades a ordem vigente, “o processo de hegemonia deve oferecer respostas concretas (no plano teórico, filosófico, prático-interventivo, ético-político, etc.)”. A fim que para tal processo se consolide é necessário a consolidação e fortalecimento organizativo e superação dos interesses corporativos tanto no interior da categoria quanto na relação com outros setores. Braz e Teixeira (2009) complementa neste mesmo sentido que, a sua reafirmação depende de duas respostas políticas: da vanguarda profissional que darão respostas aos desafios atuais e das ações profissionais nas diversas áreas de atuação, a partir de uma intervenção qualificada e crítica.

Diante do exposto, verifica-se que as forças políticas e econômicas incidem diretamente sobre o campo de intervenção do assistente social, este capítulo se finaliza pontuando os desdobramentos causados pelas mudanças ocorridas no capitalismo tardio e sua busca autodestrutiva de superar sua crise estrutural.

O capitalismo contemporâneo inicia-se em meados dos anos de 1970, ele é consecutivo aos “anos dourados”<sup>19</sup> período marcado pela onda longa expansiva do capital, durante a qual, o crescimento econômico e taxas de lucro mantiveram-se ascendentes entre o fim da Segunda Guerra Mundial e a segunda metade dos anos sessenta. A partir desses anos a onda longa expansiva esgotou-se. A taxa de lucro, rapidamente, começou a declinar, acarretando uma grande crise ao capital. Em consequência, inicia-se o processo de restauração do capital, apoiado em um tripé da: restauração produtiva, financeirização e ideologia neoliberal. De acordo com Braz e Teixeira, essa tentativa de restauração do capital “se deu tanto no campo estritamente econômico-produtivo, quanto no universo financeiro da burguesia, demandando alterações no mundo da política e da cultura” (BRAZ; TEIXEIRA, 2009, p.14).

De acordo com Braz e Netto (2012), no circuito produtivo ocorreu: a acumulação flexível, trazendo flexibilidade na produção, no mercado de trabalho produtos e padrões de consumo; desterritorialização da produção; parte dos trabalhadores extremamente qualificada/ grande maioria extremamente precarizada; apelo à participação dos trabalhadores como “colaboradores”; o desemprego torna-se permanente; criminalização dos pobres; e precarização do trabalho. Na ideologia neoliberal temos o capital destruindo as regulamentações e suprimindo os direitos sociais em nome da flexibilização, inserindo um ideário contrarreformista, ao mesmo tempo em que resguarda os interesses dos mercados consumidores, com acesso privilegiado a altas tecnologias e incentivos fiscais. Na financeirização, amplia-se os fluxos econômicos mundiais, resultando na superacumulação e queda das taxas de lucro, que resulta na exponenciação da “questão social”, gera-se uma crise no mercado financeiro, dívidas externas, enquanto os Estados periféricos e dependentes encontram dificuldades para manter o fluxo de recursos, ocorre a pressão para a redução de gastos estatais. Com esse quadro conjuntural, teremos como

---

<sup>19</sup> Segundo Braz e Netto “a ilusão dos “anos dourados” é enterrada em 1974-1975: registra-se então uma recessão generalizada, que envolve simultaneamente todas as grandes potências imperialistas [...]A onda longa expansiva inverte-se em uma longa onda recessiva: a partir daí e até os dias atuais, inverte-se o diagrama da dinâmica capitalista: agora, as crises voltam a ser dominante tornando-se episódicas as retomadas. [...] Em face dessa inversão, o capital monopolista formulou e implementou o conjunto de respostas. E trinta anos depois, na entrada do século XXI, tais respostas não alteraram o perfil da onda longa recessiva: o crescimento permanece reduzido e as crises se amudaram; entretanto, *as taxas de lucro foram restauradas* –portanto as respostas do capital foram exitosas. [...]Tais respostas configuram a Restauração do Capital” (BRAZ; NETTO,2012, p.225-226).

consequências alterações político-institucionais nos Estados nacionais, enfraquecimento do poder de força da classe trabalhadora e das condições gerais de vida das classes trabalhadoras, rebaixamento salarial e desemprego estrutural.

Este conjunto de alterações foram as respostas do capital à sua própria crise. Tais alterações só chegaram fortemente no Brasil a partir dos anos 1990. Contraditoriamente foi nesta década, como mencionado anteriormente, que o PEP se consolidou. Retomando que nesse momento ocorria-se a renovação crítica do Serviço Social, seu amadurecimento teórico-metodológico, e organizações e mobilização da classe trabalhadora brasileira, frente a ofensiva do capital. Um outro acontecimento que impactou e vem impactando a continuidade desse projeto profissional atualmente, foi a eleição do governo Lula em 2003. Nesse período, as entidades representativas se viram em um “ fogo cruzado” nas palavras de Braz (2004), pois em 2002 no governo FHC, as entidades se oporão veementemente as suas políticas neoliberais, ao mesmo tempo em que viveram a euforia da vitória do Lula, contudo já do primeiro ao segundo ano de mandato, numa mudança acelerada, o governo lulista mostrou a continuidade da agenda neoliberal. Tal cenário, trouxe “rebatimentos na concreção da profissão, tanto nas condições de trabalho dos assistentes sociais, quanto nos serviços públicos, onde se realizam em grande parte os processos interventivos da profissão” (BRAZ, 2004, p.60). Operando-se a mercantilização das políticas públicas, junto ao apelo à sociedade civil às múltiplas formas de solidarismo.

Braz (2004), realiza uma análise das consequências causadas por este cenário de retrocessos, pensando através das dimensões constitutivas do projeto ético-político. Na dimensão teórica, os rebatimentos são nas restrições orçamentárias aos financiamentos de pesquisa, na mercantilização das universidades públicas, incluindo a degradação das condições de trabalho dos docentes, podendo acarretar fragilização das bases teórico-acadêmicas, enfraquecimento de nossos instrumentos coletivos de direção social da formação profissional, o referido autor sinalizou como exemplo, as alterações nas Diretrizes Curriculares realizadas na gestão Paulo Renato do Ministério da Educação; na dimensão jurídico-política, temos as alterações no sentido de flexibilizar as relações trabalhistas e de desregular as profissões, o desenvolvimento do trinômio degradação/mercantilização/privatização do aparato-estatal e a conseqüente retirada dos direitos sociais advindos da Constituição de 1988; na dimensão político-organizativa temos a características antidemocráticas da fase atual do capital, onde o ambiente é de não-questionamento ao ideário neoliberal.

Nesse sentido, as entidades permanecerão na contracorrente da hegemonia neoliberal. Há também obstáculos para as mobilizações, através das condições subjetivas atuais que produzem antipatias às ações coletivas, fertilizando saídas individuais do isolamento.

Diante dessa conjuntura Braz (2004) pontua três tendências que podem se desenvolver em torno da profissão. A primeira diz respeito a possibilidade de se fortalecerem projetos profissionais conservadores, através da crise da esquerda com o descontentamento e frustração do governo Lula, da identificação histórica da esquerda com o Partido dos Trabalhadores, poderá se apontar o fracasso do PT como um eventual fracasso do PEP. A segunda é sobre a possibilidade de se predominar o revisionismo teórico, questionamentos dos pilares teóricos que dão sustentação ao PEP, risco de flexibilização dos princípios, o aparato teórico poderá encontrar esteio nas diversas correntes pós-modernas, sobretudo aquelas que oferecem uma perspectiva esquerdista e com verniz de radicalismo. A terceira é sobre o fortalecimento de argumentos como “o projeto ético-político não dá conta da prática profissional”, ou que não contempla as necessidades da maioria dos assistentes sociais. Para o autor essa tendência pode rebater na produção teórica, podendo se expressar a reutilização de fontes teóricas tradicionais, “enaltecendo os modelos de intervenção profissional que primam pelo fortalecimento de receias à atuação profissional” (BRAZ, 2004, p.65). De acordo com Rodrigues (2008, p.35), tanto as entidades quanto os segmentos de assistentes sociais de base que possuem uma direção de inspiração anticapitalista, quantitativamente, é minoritário, já a maior parte dos profissionais “atuam na defesa dos direitos e da presença do Estado na resposta às expressões da “questão social”, sem necessariamente se identificarem com um projeto de esquerda anticapitalista”.

Dessa forma, Braz e Teixeira (2009, p.17) explicam que essa relação estrutural que o projeto ético-político mantém com o projeto societário:

[...] no atual momento de ofensiva do capital e enfraquecimento das lutas e da resistência dos movimentos organizados do trabalho, o PEP encontra-se num momento crucial de sua trajetória, que é expressão também da própria trajetória da profissão.

Nessa direção, Iamamoto (2007, p.232) aponta um investimento ideológico sobre a sociedade civil expressando, cidadãos solidários voltados ao bem comum, o velho conservadorismo reapresenta-se tanto na sociedade como na profissão:

[...] e desafia aqueles que o recusam a dispor de clareza teórica e estratégia política, apoiadas em um criterioso trabalho de pesquisa sobre as novas expressões da questão social, as condições e relações de trabalho do assistente social, de modo a avançar na qualificação do seu exercício e no enraizamento do projeto profissional no cotidiano da vida social.

Os influxos conservadores e pós-modernos, se espriam na profissão por meio das políticas públicas submetidas aos ditames neoliberais, obscurecendo o pertencimento de classe e lutas coletivas dos sujeitos sociais, isso se expressão na fragmentação em seus segmentos: crianças, adolescentes, idosos, deficientes. E sutilmente nos faz pensar:

[...] dissociados de sua produção social e histórica na teia das relações de classe, no elogio de uma família haurida em teorias conservadoras [...] Tais segmentos passam a ser identificados como “excluídos”, “vulneráveis”, “sujeitos ao risco social” estigmatizados como portadores de dificuldades pessoais no acesso a recursos e oportunidades sociais. Tal realidade das políticas sociais, “alimenta respostas profissionais imediatistas e erráticas, desvinculadas dos movimentos coletivos dos segmentos e classe sociais que atribuem visibilidade na cena pública ao caráter social das necessidades sociais dos indivíduos e grupos, impulsionando a luta por direitos [...] É esse contexto exposto acima que modifica a demanda do trabalho do AS, modifica o mercado de trabalho, altera os processos de trabalho e as condições em que se realizam, no quais os assistentes sociais ingressam enquanto profissionais assalariados” (IAMAMOTO, 2007, p.232).

Para Braz e Teixeira (2009, p.11), vivemos em um momento crucial pois, “[...] remete a manutenção ou não das bases teóricas organizativas e ético políticas do projeto coletivo da profissão”. Os autores pontuam também que o Projeto Ético-Político não se efetiva **integralmente** na realidade, pois sua dimensão política é incompatível com a sociedade capitalista, pois “[...] o nosso projeto é expressão das contradições que particularizam a profissão e que seus princípios e valores colidem com os pilares fundamentais que sustentam a ordem do capital”. (Idem)

Essas tendências dialogam com a proposta do capítulo posterior, que buscará compreender se a crise de hegemonia do Projeto ético-político do Serviço Social frente ao projeto de contrarreformas do neoliberalismo. Assim como, discutir acerca das tendências contemporâneas identificadas no interior da profissão, analisando o atual debate sobre a manutenção hegemônica do projeto ético-político no contexto de avanço do neoconservadorismo pós-moderno.

## **CAPÍTULO II – DEBATE SOBRE A CRISE DE HEGEMONIA DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E TENDÊNCIAS PROFISSIONAIS**

Este capítulo discute dois aspectos do Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro: o primeiro diz respeito às ameaças à manutenção da atual hegemonia da direção social do projeto profissional, trazendo o debate se o quadro de contrarreformas neoliberais colocam ou não a hegemonia do projeto profissional em crise, inviabilizando-o ou não na sua “efetivação” de acordo com afirmações em Netto (2007) e Braz (2007). O segundo aspecto focará a compreensão de que, em uma profissão, existem propostas e grupos que conseguem se tornar hegemônicos, mas isso não significa que este seja exclusivo, pois este processo se funda em uma perspectiva gramsciana marxista que concebe a hegemonia articulada ao pluralismo, gestada por um processo não coercitivo e pressupõe a não eliminação ou repressão de interesses particulares contrários a direção predominante (RODRIGUES, 2007). Serão apresentadas as atuais tendências profissionais que Netto (1996), Vasconcelos (2015) e Silva (2017) têm identificado no interior da profissão, e que vão na contramão do atual projeto profissional hegemônico nas três dimensões constitutivas da profissão: dimensão teórica, dimensão jurídico-política e dimensão político-organizativa. A discussão parte de um artigo produzido por Netto em 1996, em que o mesmo apontará que de fato, desde a crise do Serviço Social tradicional, existem tendências profissionais que disputam por hegemonia no interior da categoria, pois como mencionado no capítulo anterior, um projeto profissional hegemônico não é exclusivo, entretanto o que o autor enfatiza é que desde a chegada do neoliberalismo no Brasil em 1990, suas políticas econômicas e sociais vêm trazendo desdobramentos no interior do Serviço Social, sejam por suas políticas de contrarreformas como por suas ideologias neoconservadoras. Desdobramentos estes que implicam no acirramento de disputas hegemônicas de cinco principais tendências profissionais, identificadas por Netto (1996). Nessa direção, Vasconcelos (2015) e Silva (2017) fazem uma análise destas cinco tendências nos âmbitos da produção de conhecimento e do exercício profissional, em um espaço temporal de vinte anos após a publicação de Netto (1996), trazendo importantes contribuições para a discussão deste debate.

## 2.1 APROXIMAÇÃO A POLÊMICA DA CRISE DE HEGEMONIA DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Como vimos anteriormente, os retrocessos que o projeto dominante neoliberal vem executando no país desde o Governo FHC nos anos de 1990 até os dias atuais impactaram e vêm impactando profundamente a relação do Estado e sociedade civil,<sup>20</sup> seus resultados trazem mudanças ao mundo do trabalho e dos trabalhadores e repõe à categoria profissional grandes desafios. Desafios estes, quer sejam por serem trabalhadores assalariados, como por terem um projeto profissional que se opõem politicamente a essa agenda governamental. No final do século XX, esse quadro preocupou um grupo de pesquisadores do Serviço Social que debateram em torno de uma suposta crise de hegemonia no projeto ético-político, causada por esse acirramento de transformações que o capital vem executando a fim de dar respostas à sua própria crise. Este debate esteve presente nas produções e discussões dos principais teóricos da profissão entre os anos 2007-2009. As discussões foram divididas em dois grupos: um que defende a existência de uma crise de hegemonia no projeto ético-político como José Paulo Netto e Marcelo Braz, e o outro que acredita na não existência da crise, como Ana Elisabete Motta, Ângela Amaral, Elaine Behring e Samya Rodrigues (MOURA, 2015). Através de um levantamento das principais produções teóricas<sup>21</sup> acerca deste debate, analisar-se-á o que os autores compreendem por crise de hegemonia, e quais os aspectos que cada um aponta para dar sustentação a sua hipótese.

A afirmação de que o projeto ético-político goza de hegemonia no Serviço Social brasileiro é muito polêmica, pois, “mesmo entre seus defensores, não há sequer consenso acerca da ideia de que isso tenha ocorrido em algum momento” (BRAZ,

---

<sup>20</sup> Nas palavras de Amaral e Mota (2009) “seja pela hipoteca à mediação do mercado como instância que regula a vida social (ideologia neoliberal), seja pela emergência de ideologias que justificam o apagamento dos antagonismos de classes (ideologias-moderna), ou ainda, pela adoção de estratégias e táticas dos governos das classes dominantes que sitiam os projetos alternativos à sociedade do capital”.

<sup>21</sup> Sendo elas: Marcelo Braz “A Hegemonia em Xequê” (2007); José Paulo Netto “Das Ameaças à Crise” (2007); Sâmya Rodrigues “Limites e possibilidades históricas do Projeto Ético-Político do Serviço Social” (2009). Bem como uma palestra proferida pela autora em uma Mesa Redonda do Conjunto CFESS/CRESS intitulada “A Hegemonia do Projeto Ético-Político Profissional: Limites e Possibilidades Históricas” (2008); e Ana Elisabete Mota e Ângela Amaral “Projeto Profissional e Projeto Societário” (2009).

2007, p.5). Entretanto, Braz (2007) e Netto (2007), sustentam a hipótese de que existe sim uma crise de hegemonia no projeto ético-político. Para Braz (2007) o projeto profissional se tornou hegemônico a partir dos anos 1980-1990 quando alcançou as três dimensões constitutivas da profissão: a dimensão teórica, a dimensão jurídico-política e a dimensão político-organizativa. Explica que essa afirmação se dava “na constatação de que o Serviço Social renovado se consolidou, a partir de conjunturas políticas diferenciadas” (BRAZ, 2007, p.6). Assim, o autor apontará mudanças na conjuntura política que colocam a hegemonia do projeto ético-político em uma “possível dissolução da hegemonia conquistada” (BRAZ, 2007, p.6). Netto (2007), em concordância, defende que a crise de hegemonia se dá pelo processo de inviabilização que o projeto ético-político vem sofrendo na conjuntura brasileira.

Dessa forma, Braz (2007) destaca alguns aspectos que colocam a hegemonia do projeto profissional em crise: o primeiro aspecto diz respeito à “[...] ausência de proposta alternativa à do capital na sociedade brasileira” [...]. (BRAZ, 2007, p.7). O autor explica que a partir do momento em que o projeto profissional do Serviço Social se vinculou à proposta de sociedade das classes trabalhadoras, este se colocou em oposição ao projeto da classe dominante, que atendeu nos últimos anos às exigências do neoliberalismo mundial. Essa vinculação proporcionou maior articulação da profissão com “os setores organizados dos trabalhadores, fundamentalmente com o movimento operário e popular e com suas expressões partidárias mais significativas, assentadas no Partido dos Trabalhadores” (BRAZ, 2007, p.6-7). Isso criou a possibilidade de se afirmar, uma suposição equivocada, de que o projeto ético-político tivesse como representantes políticos o Partido dos Trabalhadores. (BRAZ, 2007). Quando o governo lulista-petista assume continuidade e o aprofundamento à política econômica neoliberal e ao revisionismo teórico-político, para o autor “consumou-se, assim, o empobrecimento de um projeto societário alternativo ao do capital na realidade brasileira” (BRAZ, 2007, p.7). Em suas palavras:

A persistência e até mesmo o aprofundamento dessas condições põem a hegemonia conquistada em grave risco [...] em poucas palavras: a crise de projeto societário das classes trabalhadoras impõe uma crise ao nosso projeto profissional. E a sua hegemonia também depende da natureza da relação que se estabelecerá com esse estado de coisas. Manter-se-ão os princípios, os valores e os compromissos firmados numa conjuntura de crise/ausência de projeto societário das classes trabalhadoras? Eles poderão ser reproduzidos ainda que não encontrem repercussão nas lutas mais amplas do trabalho? Ou o projeto profissional será relativizado, flexibilizado ou revisado para se ajustar à proposta hegemônica? (BRAZ, 2007, p.7).

Aqui o autor deixa claro que, para ele, crise de hegemonia é quando a conjuntura política abala as bases efetivas do PEP. O autor não se refere simplesmente às disputas de projetos profissionais no interior do corpo profissional, mas sim ao acirramento deste quadro de crise que o capital instaurou, trazendo a particularidade desse processo no Brasil, especialmente com o transformismo do governo Lula, resultando no aprofundamento de uma crise na esquerda e na passividade da classe trabalhadora. Sobre isso, Netto (2007) aponta que o novo nesse cenário não é apenas a continuação do ideário neoliberal na agenda política do governo do PT, “nem pela inteira residualidade da resistência à cultura neoliberal no plano parlamentar-institucional” (NETTO, 2007, p.38), para o autor, o que se distingue é a “maciça cooptação de entidades e organizações que tinham peso sobre significativos movimentos sociais (aqui, emblemática é a “funcionalidade” agora assumida, por exemplo, pela CUT e pela UNE) (NETTO, 2007, p.38).

O segundo aspecto, apontado por Braz (2007), está centrado em fatores objetivos que incidem sobre as bases materiais do projeto profissional, “refiro-me às condições atuais sobre as quais se efetivam o processo de formação profissional e o próprio exercício da profissão no Brasil” (BRAZ, 2007, p.7). Para o autor, “as condições objetivas do trabalho e da formação profissionais expressam o seu ser concreto” (BRAZ, 2007, p.7), dessa forma, para ele, o projeto corre grande risco, pois encontra dificuldades em se materializar e então, para o autor

Outras expressões políticas da profissão – de variados tons neoconservadores – mais ou menos organizados podem ganhar espaço e terreno em meio à degradação das condições de trabalho profissional. Podem se tornar atraentes aos segmentos mais corporativistas da categoria que se evidenciam, não exclusivamente, em algumas associações sindicais dos assistentes sociais e nas diversas organizações específicas. Ainda que muito diferenciadas entre elas, se particularizam pela busca de respostas imediatas e fragmentadas às demandas profissionais que se apresentam determinadas, dentre tantos fatores, por um grau intenso de aviltamento das condições de trabalho dos assistentes sociais –salários, formas de vínculos empregatícios, jornada de trabalho etc. (BRAZ, 2007, p.8).

Dessa forma, o autor defende que tais condições objetivas “tendem a fragmentar e a tornar corporativistas as demandas político-profissionais dos assistentes sociais” (BRAZ, 2007, p.8), pois isso faz com que o projeto profissional tenha

[...] mais dificuldades de exercer sua direção social e pode ser cobrado pela própria categoria a flexibilizar seus princípios e a adaptar suas diretrizes para atendê-la em suas demandas mais imediatas, correndo o sério risco de rebaixamento de sua agenda política (BRAZ, 2007, p.8).

Além das condições objetivas do exercício profissional, Braz (2007) também se preocupa com as condições de formação profissional, referindo-se à proliferação dos cursos em faculdades privadas e de ensino à distância no âmbito da formação no Serviço Social. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/INEP, em 2016, o Serviço Social estava em terceiro lugar no ranking por matrículas dos cursos de EAD privadas.<sup>22</sup> Isso se deu através de uma abertura indiscriminada por parte das ações governamentais que não impõem nenhum critério de qualidade, dispensando-se de qualquer função regulatória como Estado, entretanto, importando-se apenas em atender às necessidades de mercado que regem as empresas que estão vendendo os cursos (BRAZ, 2007). Sendo assim, Pereira (2009, p.271) afirma que:

[...] o ensino superior constitui-se como um veio extremamente lucrativo para o capital e, ao mesmo tempo, destaca-se pelo seu papel na disseminação ideológica da sociabilidade colaboracionista, através da formação de intelectuais colaboradores e empreendedores, sob a ótica do capital.

Na formação profissional, isso resultou em uma acelerada massificação e desqualificação. Nesse sentido, o autor pontua que é evidente que tal processo alterará radicalmente o perfil profissional. Isso repercute na distorção entre autoimagem e imagem socialmente construída da profissão, no sentido de sua desvalorização na sociedade, pressionando para baixo as já desfavoráveis condições salariais, tal desqualificação “tendem a dificultar a formação de novos quadros teóricos e políticos para o projeto profissional” (BRAZ, 2007, p.9).

Netto (2007, p. 38) aponta “dois níveis em que mais nitidamente se verifica o processo de inviabilização do projeto ético-político que a conjuntura atual vem favorecendo”. O primeiro deles é a respeito aos objetivos e funções profissionais. O autor justifica que “o elenco de objetivos do Serviço Social tem sido intencional e acintosamente minimizado mediante a centralização das suas funções no plano assistencial” (NETTO, 2007, p.38). A redução do Serviço Social à profissão de assistência, teve início no governo do Fernando Henrique Cardoso e vem sendo intensificada desde 2003 pelo governo Lula. O autor pontua que essa centralização da assistência só é possível “porque na cultura profissional existem fortíssimos vetores segundo os quais o Serviço Social não passa mesmo de “profissão da

---

<sup>22</sup> BRAZ (2007, p.8) reforça que “[...] trata-se de uma expansão que se deu a partir de dezembro de 2005 quando, de maneira antidemocrática, por meio de decreto, o Presidente Lula autorizou o funcionamento dessa modalidade de ensino no País, como parte da recém-anunciada do Governo de abranger, em meia década, 30% da população entre 18 e 24 anos, no ensino superior”.

assistência”. (NETTO, 2007, p.39). Ele soma esses vetores com uma esquerda “que se reciclou na perspectiva governista” (NETTO, 2007, p.39) refletindo que este é o cenário ideal para “subordinar a relativa autonomia profissional à socialdemocracia tardia e impotente” (NETTO, 2007, p.39).

Para Netto (2007), o segundo nível que inviabiliza o projeto está nos requisitos teóricos, práticos e institucionais para o seu exercício que se insere na problemática da formação profissional. Assim, como Braz (2007), ele aponta que as práticas de desregulamentação e de flexibilização da educação superior desqualificam o ensino superior, citando também, como expressão desse processo, o aumento significativo dos cursos privados e à distância.

Netto (2007) conclui relembando uma publicação de sua autoria escrita em 1999, onde em seus dizeres:

[...] jogávamos no otimismo. Hoje porém, as ameaças apenas anunciadas em 1999 adquirem uma densidade que põe em crise a implementação do projeto ético-político. Então, o seu enfrentamento supõe mais vontade política organizada e menos ilusões otimistas (NETTO, 2008, p. 40).

Já Rodrigues (2007), de forma contundente irá retomar em seu artigo, este mesmo texto do Netto (1999), no parágrafo onde ele diz que:

[...] o projeto ético-político tem futuro [...] porque aponta precisamente para o combate –ético, teórico, ideológico, político e prático-social –ao neoliberalismo, de modo a preservar e atualizar os valores que, enquanto projeto profissional, o informam e o tornam solidário ao projeto de sociedade que interessa à massa da população (NETTO, 1999, *apud* RODRIGUES, 2007, p.46).

Enquanto Netto (2007) afirmou que seu discurso em 1999 estava desatualizado, visto as mudanças ocorridas nas décadas seguintes, a autora irá rebater afirmando que tal ideia, referente a citação acima, está atualíssima

[...] pois nos indica a necessidade de compreender que as iniciativas postas pelo capitalismo contemporâneo geram inúmeras mudanças nas complexas relações entre Estado e Sociedade, com forte incidência no conjunto da vida social e, em particular, nas profissões; no tratamento dispensado à organização das classes trabalhadoras; as neoliberais [...] que tem se orientado numa perspectiva contrária aos interesses históricos do segmento do trabalho (RODRIGUES, 2007, p.46).

Dessa forma, evidencia-se a tensão posta nesta polêmica. Para as autoras Rodrigues (2007) e Motta e Amaral (2009), as mudanças ocorridas elaboraram uma conjuntura adversa ao projeto profissional do Serviço Social, através do avanço neoliberal, da ampliação da assistência social como enfrentamento da pobreza, e do impacto que o PT causou na esquerda ao assumir uma agenda conservadora e pragmática do ideário neoliberal, porém afirmar que esse quadro possui indicativos

suficientes para colocar a hegemonia do projeto ético-político em crise, é onde se dá a tônica da polêmica . Nas palavras de (RODRIGUES, 2007, p.47):

[...] acredito que não temos, na conjuntura atual, elementos concretos para concluir que existe uma crise de hegemonia do PEP do Serviço Social, pois suas três esferas constitutivas não há indicativos para tal. Do ponto de vista da produção de conhecimentos: predominância da teoria social crítica nas nossas produções permanece. É só olharmos, por exemplo, a biblioteca básica da Cortez, todos numa direção de afirmação do projeto; os materiais do curso do CFESS/ABEPSS e CEAD/UNB. No âmbito dos nossos instrumentos normativos: não identifico elementos para falar em crise de hegemonia, porque não aconteceram, em nenhum dos nossos marcos legais ou instrumentos e diretrizes curriculares, mudanças regressivas. Permanecem com vigência, com legitimidade, os documentos que foram construídos e aprovados coletivamente, com clara direção de defesa dos princípios ético-político desta profissão. E na dimensão da organização política: mantemos, na multiplicidade das entidades representativas nacionais –ABEPSS, CFESS, e ENESSO –uma direção política de sustentação ao projeto profissional hegemônico. Não há, até o momento, um quadro que nos evidencie a disseminação de uma crise de hegemonia no processo de organização política.

Sobre o argumento de Braz (2007), referente à “ausência de uma proposta alternativa à do capital”, Rodrigues (2007) pontua, acordante com o autor, que a crise da esquerda é real e que repercute no Serviço Social. Seguindo esse sentido, a autora considera:

[...] as expressões de diversos movimentos sociais no Brasil [...] que ao romperem com o corporativismo e economicismo presentes no movimento sindical e com a lógica dominante nos partidos ‘tradicionais’ da classe trabalhadora, essas organizações inovam e resgatam as potencialidades e a atualidade do partido de novo tipo, como ferramenta imprescindível para a luta pela construção de uma nova sociedade. Essas organizações já expressam em seu programa e em suas ações a tentativa de junção da luta imediata com um programa de unificação e ação conjunta para a construção de uma nova sociedade (RODRIGUES, 2007, p.44).

Ela ainda reforça que são experiências em elaboração e que não se pode superdimensioná-las, entretanto, possuem

[...] potencial de arregimentação de militantes e de construção de uma agenda política mais abrangente, que estabeleça relações de determinação recíproca entre os problemas vivenciados por esses sujeitos, na vida cotidiana, e as implicações objetivas, postas pelo capital (RODRIGUES, 2007, p.44).

No âmbito do PEP existem segmentos, tanto na direção das entidades, quanto na base da categoria profissional que não sucumbiram às estratégias de passivação e, nesse sentido, o debate crítico, em seu interior, segue com inspiração anticapitalista, mas contempla, também, os segmentos profissionais que atuam na defesa dos direitos e da presença do Estado na resposta às expressões da “questão social”, sem necessariamente se identificarem com um projeto de esquerda

anticapitalista. Para a autora a relação da esquerda com o projeto profissional atual não é mecânica nem linear, não se restringe à questão partidária e impacta no PEP em várias direções, dentre as quais destacou:

a formação política das novas gerações e a resistência daqueles que, tendo explícita opção por projeto anticapitalista, buscam novos interlocutores no campo da esquerda e no âmbito da profissão, na perspectiva de superar a nebulosidade teórica-política, amplamente disseminada nos dias atuais (RODRIGUES, 2007, p.45).

Portanto, a autora conclui que a ausência de um pensamento radicalmente crítico, no campo da esquerda,<sup>23</sup> não é uma questão recente, não se refere exclusivamente às mudanças de rumo, vivenciadas pelo PT após Governo Lula, embora tenham se intensificado de uma forma evidente, pois já permeava o debate no âmbito do projeto ético-político profissional, anteriormente.

O segundo problema sinalizado por Braz (2007) está centrado em fatores objetivos que incidem sobre as bases materiais do projeto. A precarização da formação, com a ampliação dos cursos a distância, pode trazer dificuldades para a materialização dos nossos princípios ético-políticos. Nesse momento a autora convida o leitor a pensar “em que momento histórico nosso projeto profissional esteve em plena sintonia com a direção dada à política educacional nesse país? Parece que nunca” (RODRIGUES, 2007, p. 45). Levantando em seguida que, desde o governo FHC, as ideias dos cursos sequenciais contrariavam o projeto de formação, que estava sendo construído,

[...] e nossa leitura, na época, foi a de que precisávamos construir estratégias amplas para afirmar a direção da formação profissional, criticar aquela modalidade da formação e fortalecer a luta com sujeitos coletivos aliados. Precisamos apostar nas contradições que emergem de todo processo determinado pela luta de classes, com nossa ação organizada. [...] considero mais necessário agora utilizar nossa inteligência e nossa capacidade de mobilização para produzir, conjuntamente com outros sujeitos individuais e coletivos, estratégias com o potencial para enfrentar este processo, para que possamos manter a hegemonia do projeto profissional, mesmo em um contexto adverso. É isto que segmentos da categoria têm tentado fazer, nas últimas três décadas, sobretudo, nos anos de 1990, com a implementação do neoliberalismo a partir do governo Collor, momento já extremamente desfavorável às conquistas do trabalho e, portanto, à materialização do nosso projeto ético-político; tal como a conjuntura atual do governo Lula, no qual intensificam-se as dificuldades para a classe trabalhadora (RODRIGUES, 2007, p.46).

Sobre os dois níveis que Netto (2007) indica, a autora afirmará que sobre reduzir o Serviço Social à profissão de assistência ou mesmo a tendência de

---

<sup>23</sup> Apassivamento da classe trabalhadora.

assistencialização das políticas sociais, segmentos expressivos têm elaborado crítica a essa noção. As entidades nacionais da categoria conseguem expressar a afirmação de um projeto abrangente, que não sucumbe à lógica da noção de assistencialização da profissão. Não podemos afirmar que seja essa perspectiva que dê direção ao debate da Seguridade Social e, particularmente, à política de Assistência Social, no âmbito do projeto ético-político profissional. A organização da categoria continua apostando nos espaços de representação dos Conselhos de Direito, na crítica presente na literatura sobre o tema e nos debates políticos, empreendidos no seio da categoria, que precisam ser fortalecidos e aqui o Conjunto CFESS/CRESS, a ABEPSS e a ENESSO têm um papel político da maior relevância:

[...] que é desvendar as determinações objetivas desse processo e atuar nas contradições identificadas na vida social. Um bom exemplo é o documento Parâmetros para atuação dos Assistentes Sociais na Assistência, elaborado pelo CFESS em parceria com o Conselho Federal de Psicologia, que, ao invés da resignação diante do fato assinalado pelo José Paulo, elabora uma crítica à centralidade da família como responsável pela proteção social, à própria concepção de família, à noção de vulnerabilidade e à identificação os processos e políticas sociais (RODRIGUES, 2007, p.45).

Ela concorda com o autor sobre a necessidade de desmistificar, teórica e politicamente, esses processos, no seio da categoria, especialmente com a tendência de precarização da formação e do exercício profissional.

Precisamos, no entanto, reconhecer as contradições desse processo e as contraposições feitas pelos defensores do projeto ético-político profissional, em suas intervenções, a exemplo do próprio autor em discussão, que tem feito a crítica a esse estado atual de coisas (RODRIGUES, 2007, p.45).

O segundo aspecto se refere aos requisitos teóricos, práticos e institucionais para o seu exercício, inserindo toda a problemática da formação profissional. A autora retrucou, dizendo que:

Mais do que afirmar que “o aviltamento da formação profissional, mediante uma massificação degradada inviabilizará o projeto ético-político”, como faz Netto em seu artigo, o que precisamos é apostar nas contradições que emergem de todo processo determinado pela luta de classes e que alimentam as estratégias e o potencial do enfrentamento, através da nossa ação política organizada” (RODRIGUES, 2007, p.46).

Mota e Amaral (2009), com o cuidado de não diminuir o peso dessa conjuntura para o Serviço Social, defendem que a profissão sempre resistiu a essa ofensiva, em todas as suas dimensões, já que segundo as autoras, no plano organizativo: houve um movimento de resistências, com as ampliações dos fóruns de encontros e de debates; no plano acadêmico houve um esforço para fortalecer a qualidade de ensino, através da pesquisa avaliativa da implementação das Diretrizes

Curriculares, “reunindo docentes de todo o país na perspectiva de reafirmar as bases teórico-metodológicas da profissão, contrapondo-se ao aligeiramento da formação, à massificação do ensino privado mercantil, presencial e à distância” (MOTA; AMARAL, 2009, p.51). No plano jurídico-político exigiu-se a construção de renovados meios de regulação do exercício profissional, a exemplo da resolução da supervisão direta de estágio, “para garantir conquistas e assegurar condições técnicas e éticas do exercício profissional” (MOTA; AMARAL, 2009, p.51). Assegurando então, o legado do projeto profissional, pois tal processo demonstra enfrentamento “no interior da categoria, seja no próprio campo de esquerda, seja de setores conservadores” (MOTA; AMARAL, 2009, p.51). Em vista disso, as autoras apresentam uma série de fatos históricos da profissão, que para elas provam que o quadro atual, ainda que desafiador, não sustenta elementos para declarar uma crise de hegemonia no projeto ético-político profissional.

Sobre reduzir o projeto profissional à sua viabilidade prática, aspecto apontado por Netto (2007) e Braz (2007) como um dos elementos causadores da crise de hegemonia, as mesmas acreditam que de fato no plano político-profissional tem se produzido inflexões significativas que insistem em reduzir a profissão no campo da prática, porém a construção do atual projeto profissional deixou um legado no plano político, “no qual as novas gerações de profissionais se movimentam, reinventando a resistência “na crise”, ao mobilizar todos os meios possíveis para não sucumbir ao apagamento da dimensão política na cultura profissional” (MOTA; AMARAL, 2009, p.52) Para as mesmas, o Serviço Social brasileiro

[...] diferente de outros países latino-americanos, não se restringiu ao atendimento das demandas prático-operativas, mas, sem negá-las, avança em tempos de crise, construindo referências teórico-metodológicas que abordam a complexa relação entre a luta pela emancipação política e o horizonte de emancipação humana (MOTA; AMARAL, 2009, p.52).

Já no âmbito da efetivação do projeto profissional, as autoras problematizam esse aspecto trazendo a reflexão de que “as condições da sua realização se particularizam em diversas estratégias, desde a construção de princípios e diretrizes orientadores da prática, passando pela definição de objetos de pesquisa e intervenção, até as estratégias coletivas de luta e resistência” (MOTA; AMARAL, 2009, p.52). E no âmbito da produção teórica

[...] podemos pontuar que o avanço teórico da profissão, explicitamente herdeiro do pensamento social crítico, de inspiração marxiana, na atual conjuntura, responde pela possibilidade de interlocução com outras áreas e pela capacidade de formulação de propostas e políticas que lhes permite

exercitar o seu papel intelectual na construção de alternativas coletivas (MOTTA; AMARAL, 2009, p.52).

Na capacidade organizativa formada pelas entidades associativas e organizativas, tais como CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO, são historicamente articuladas com os interesses da classe trabalhadora, para as autoras o papel dessas representações em momentos de regressão política acumulou forças, fortaleceu princípios e redefiniu “pedagogicamente os meios que lhe permita viabilizar o processo real de qualificação do Serviço Social em tempos de crise sob a orientação de um Projeto profissional que afirme uma direção social comprometida” (MOTA; AMARAL, 2009, p.53). Apostam também no nosso papel político internacional, através de intercâmbios acadêmicos realizados pela ALAIETS, do comitê Mercosul e, mundialmente, através da FITS e AIETS.

As autoras reconhecem o processo de cooptação por parte da classe dominante “[...] fermentada pela adesão fácil e oportunista de alguns ex-militantes da esquerda, de dirigentes sindicais e quadros político-partidários, em estreita aliança com alguns intelectuais orgânicos do capital [...]” (MOTA; AMARAL, 2009, p.53). Para elas, tal cenário ainda assim não traz indicações suficientes “que nos levem a crer que este caldo da pequena política se espalhou pelo Serviço Social” (MOTA; AMARAL, 2009, p.53) para se afirmar que a hegemonia do atual projeto profissional está em xeque.

As autoras defendem que os limites da autonomia técnico-profissional “não se confundem com as possibilidades de construção de uma consciência crítica das relações que marcam a sua inserção no mundo do trabalho profissional” (MOTA; AMARAL, 2009, p.53). Para isso, argumentam sobre uma citação de Yamamoto (2007) que diz sobre as tensões inerentes entre projeto profissional e trabalho assalariado.

Chamando a atenção

[...] para o necessário entendimento dos limites da autonomia do trabalho profissional, posto que na condição de trabalhador assalariado, os profissionais do Serviço Social, como os demais trabalhadores, estão submetidos ao processo de mercantilização que subordina o trabalhador aos ditames do trabalho abstrato, impregnando-o dos dilemas da alienação, que impõe condicionantes socialmente objetivos à autonomia do assistente social na condução o seu trabalho e na integral implementação do projeto profissional [...]. Por isso tudo, não endossamos a ideia de que existe uma crise do projeto profissional, mas sim que é um projeto tensionado e determinado pela crise orgânica (Gramsci) mundial do capital. Todavia, entendemos que em determinadas conjunturas, os elementos que compõem o projeto profissional podem ter pesos e estruturas diferenciadas; e, neste momento em que as resistências são tênues, porém reais, a prática político organizativa é essencial, posto que deve estabelecer o elo entre a formação

profissional e formação política da categoria profissional como forma e meio de captar as reais demandas concernentes ao projeto profissional, assumindo a sua condição de “dirigente” no trânsito do momento ético-político (MOTA; AMARAL, 2009, p.54).

Nesse sentido, o debate da crise de hegemonia do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, pode-se refletir que os desafios para o projeto profissional estão postos nisso a consenso entre todas estas publicações, assim como para a saída de tal quadro, é a organização política somando forças com as frentes comuns de organizações e mobilizações das classes trabalhadoras. A seguir, a discussão se deterá sobre as tendências profissionais identificadas no interior da profissão, ou seja, frente a essa conjuntura, que não favorece ao projeto profissional atual, segmentos profissionais desenvolvem, ou fortalecem concepções teóricas, filosóficas e prático-políticas diferentes da do projeto ético-político.

## 2.2 DESDOBRAMENTOS DA OFENSIVA IDEOLÓGICA NEOLIBERAL NOS DEBATES TEÓRICO-METODOLÓGICO DO SERVIÇO SOCIAL

Será discutido acerca dos desdobramentos desse cenário político e econômico, mencionado no subtítulo anterior, à luz das disputas de distintas direções profissionais, que concorrem na luta pela hegemonia no interior do corpo profissional. Essas disputas, como vimos no primeiro capítulo, surgem desde quando o Serviço Social passa a buscar legitimidade prática e validação teórica, atravessando por um processo de renovação profissional dos anos de 1960 aos anos de 1980. Conquanto, a tônica na discussão a ser apresentada está em sua atualidade que diferencia as disputas das atuais tendências das do período de renovação por se localizarem em um campo predominantemente teórico-metodológico. Visto que as três tendências mencionadas anteriormente concorriam mais em um campo interventivo, por conta do novo mercado nacional que estava se consolidando, demandando um número expressivo de assistentes sociais em seus novos serviços. Neste momento, a reflexão acerca das atuais tendências profissionais apresenta-se em torno do debate teórico-epistemológico, tendo como particularidade: o embate contra a direção social estratégica do atual projeto ético-político.

Segundo Netto (1996), Santos (2007) e Yazbek (2018), o embate contra o atual projeto ético-político é o mesmo que ocorre nas ciências sociais a partir da década de 1990: a “crise da Modernidade”. A crise do pensamento moderno está

imbricada com a crise do próprio capitalismo na qual todo o sistema mundial encontra-se imerso desde a década de 1970.<sup>24</sup> Cabe assinalar, segundo Yazbek (2018), que a era moderna é caracterizada pelas ideias iluministas e possui três categorias fundamentais: a universalidade, a individualidade e autonomia. De acordo com Santos (2007, p.34), o pensamento moderno foi útil à burguesia enquanto seus interesses ainda eram expressões universais

[...] a partir do momento em que se transmutam, evidenciando claramente seu projeto particular de classe dominante a modernidade e seu desenvolvimento em direção à emancipação humana e à razão dialética passam a representar uma ameaça.

Essa percepção provoca aos ideólogos da burguesia a iniciativa que perpassou todo o desenvolvimento posterior do capitalismo:

[...] o empobrecimento deliberado da razão dialética em direção à razão instrumental e da destruição da razão na direção do irracionalismo; da universalidade e da igualdade restritas às leis; da autonomia e liberdade podados pela desigualdade econômica (SANTOS, 2007, p.35).

A estratégia consiste em suprimir as categorias da totalidade e universalizantes do projeto da modernidade “em nome da completa ausência de perspectivas que proponham o enfrentamento da complexidade do real para além da perplexidade, da impotência ou da celebração” (SANTOS, 2007, p.40). Os pós-modernos justificam a crise da modernidade pelo seu esgotamento enquanto projeto civilizatório contrapondo-se fortemente ao marxismo. Seus questionamentos se voltam contra os diferentes “modelos” explicativos por suas macroabordagens “apontando que nessas macronarrativas são deixados de lado valores e sentimentos fundamentais dos homens, seu imaginário, suas crenças, suas afeições, a beleza, os saberes do cotidiano os elementos étnicos, religiosos e culturais” (YAZBEK, 2018, p.76). Sua crítica à razão moderna dirige-se afirmando-a como instrumento de repressão e padronização, nessa direção a abordagem pós-moderna propõe a superação das utopias, denuncia a administração e o disciplinamento da vida, recusa a abrangência das teorias sociais com suas análises totalizadoras e ontológicas sustentadas pela razão e reitera a importância do fragmento, do intuitivo, do efêmero e do microssocial (em si mesmos), restaurando o pensamento conservador e antimoderno. Conforme Santos (2007, p.43), “a contemporaneidade aparece assim, diante desta vertente emergente nas ciências sociais, como um emaranhado de

---

<sup>24</sup> Pretende-se aqui apenas colocar a crise como um marco, não efetuando assim uma análise mais precisa da mesma, até porque tal análise já foi realizada durante o primeiro capítulo.

fenômenos que se esgotam em sua própria singularidade”. Nesse sentido, Yazbek (2018, p.77) esclarece que a complexidade da questão não está simplesmente na abordagem de questões microssociais, uma vez que o enfrentamento destas questões é necessário, mas está

[...] na recusa da razão e na descontextualização, na ausência de referentes históricos, estruturais no não reconhecimento de que os sujeitos históricos encarnam processos sociais, expressam visões de mundo e têm suas identidades sociais construídas na tessitura das relações sociais mais amplas, relações que se explicam em teorias sociais abrangentes, que configuram visões de mundo nas quais o particular ganha sentido referido ao genérico.

Dessa forma, a pós-modernidade na sua expansão enquanto uma hegemonia ideocultural na contemporaneidade apresenta-se: como um dos principais pilares de sustentação desta atual fase do capitalismo, ou conforme Santos (2007, p.41), como a “mais nova versão teórica apologética da ordem burguesa”.<sup>25</sup> As características da pós-modernidade são expressões do modo como a sociedade atual está configurada, formando uma subjetividade dos indivíduos sociais, correspondente à fase da acumulação flexível, uma consciência que tende a ser igualmente fugidia e efêmera: “em meio a crescente insegurança provocada pelo desemprego, ela é marcada pela incerteza; do ritmo frenético das inovações lançadas no mercado, ela precisa ser cada vez mais descartável e capaz de consumir as novidades” (SANTOS, 2007, p.29). Ora, é pela ofensiva ideológica que se tem a forma mais eficaz neste momento de valorização do capital e de aumento do controle sobre o trabalho (SANTOS, 2007).

No Serviço Social, como mencionado anteriormente, a polêmica tem o mesmo perfil nas ciências sociais: o principal embate travado é contra a teoria social de Marx. Santos (2007) afirma que o traço que particularmente chama a atenção da influência pós-moderna no Serviço Social “é o constante recurso a simplificação em relação à tradição crítico-dialética, operando com o intuito de demonstrar a “insuficiência” do marxismo na atualidade” (SANTOS, 2007, p.86). Ele afirma também que, embora os autores pós-modernos utilizem das simplificações para invalidar as “metanarrativas”, no Serviço Social isso se particulariza devido a tendência histórica da profissão ao

---

<sup>25</sup> Santos (2007, p.41) explica que “embora haja, no interior desse pensamento, autores que se coloquem numa postura de “oposição” demarcando uma diferença do ponto de vista político em relação aos que possuem uma postura “reconfortante”, do ponto de vista teórico não me parece problemático equalizar essas diferenças. Isso porque mesmo os mais progressistas infirmam metodologicamente a razão dialética e as suas potencialidades emancipatórias.”

sincretismo ideológico e ao conservadorismo profissional que privilegia as dimensões “microssociais”, que potencializa a simplificação. Conforme Netto (1996, p.114):

[...] do ponto de vista das referências teórico-metodológicas, a questão que se coloca para a profissão já no início da década de 1990 é o confronto com a denominada “crise” dos modelos analíticos, explicativos na ciências sociais, que buscam captar o que está acontecendo no fim de século e as grandes transformações que alcançam múltiplos aspectos da vida social. No mundo do conhecimento começam as interferências, não sem conflitos, do denominado pensamento pós-moderno, notadamente em sua versão neoconservadora.

Segundo Santos (2007, p.86), “os desdobramentos disso são as críticas à totalidade como totalitarismo, à ortodoxia como dogmatismo, à universalidade como estruturalismo”. O resultado disso, “é o reforço à singularidade e à positividade, valorizando-se o conservadorismo profissional e as intervenções no nível do fragmento, tanto de cariz relativista e irracionalista, quanto epistemologista, aprisionado na lógica formal” (SANTOS, 2007, p.87).

Netto em 1996, quando analisa estes desdobramentos no interior da categoria profissional, afirmou que,

[...] na minha ótica, no curto prazo [...] o debate mais determinante no campo do Serviço Social será travado em torno da direção social estratégica que se afirmou na passagem dos anos oitenta aos noventa – o que estará no centro da polêmica profissional será a seguinte questão: manter, consolidar e aprofundar a atual direção estratégica ou contê-la, modifica-la e revertê-la.

Ainda nessa prospecção, Netto (1996) reforçara que o debate será marcado por agudização ídeo-política, e pelos confrontos em torno das matrizes da cultura profissional, como mencionado anteriormente, o questionamento a tradição marxista, conforme Netto (1996, p.118):

[...] é exatamente aí que o conservadorismo e as proposições pós-modernas se dão as mãos: o combate e a crítica ao ideal de sociedade posto pelo programa da modernidade jogam claramente no sentido de desqualificar a direção social estratégica que se construiu contra o conservadorismo.

Por sua vez, quanto às vertentes teórico-profissionais, na mesma linha de análise quanto as prospecções, Netto (1996) conclui que, sendo correta sua prospecção de uma maior diferenciação de concepções profissionais, poderá projetar-se cinco linhas de desenvolvimento: a vertente de intenção de ruptura, de cariz tecnocrático, da reatualização do conservadorismo, neoconservadora e as aparentemente radicais. Vasconcelos (2015) e Silva (2017) analisaram essas principais tendências, constatando, como veremos a seguir, que as projeções de Netto (1996) estavam corretas.

A primeira é sobre a intenção de ruptura, que se inicia na transição da década de 1970 à de 1980, em que ao longo do seu desenvolvimento e consolidação teórica e ético-política, sob influência do Movimento de Reconceitualização da América Latina, durante a década de 1990 é nomeada Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro. Como vimos anteriormente, possui referência na teoria social crítica de Marx e do marxismo, que é explicitada no Código de Ética do Assistente Social (1993) e nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) e a Regulamentação da profissão (1993). Ela nasce no enfrentamento e denúncia do conservadorismo profissional, na crítica ao desempenho tradicional aos suportes teóricos metodológicos e ideológicos, propondo o rompimento com o pensamento conservador positivista e com o reformismo conservador.

Nessa vertente, o significado da profissão está em “um tipo de especialização do trabalho coletivo dentro da divisão social do trabalho peculiar à sociedade industrial” (IAMAMOTO, 2014, p.77), sendo assim, “é mais um dos elementos que participa das relações de classes e do relacionamento contraditório entre elas”. (IAMAMOTO, 2014, p.77). Nesse sentido, lamamoto compreende que a profissão participa do processo de reprodução das relações sociais, onde nestas: não se tem apenas a “reprodução da força viva de trabalho e dos meios objetivos de produção (instrumentos de produção e matéria-prima)” (IAMAMOTO, 2014, p.77), mas envolve também, “[...] a reprodução da produção espiritual, isto é, as formas de consciência social: jurídicas, religiosas, artísticas ou filosóficas, através das quais se toma consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção” (IAMAMOTO, 2014, p.77), afirmando que é nesse processo que se tem as lutas sociais, expressando a luta pelo poder, pela hegemonia das diferentes classes sociais sobre o conjunto da sociedade. Sendo assim, para lamamoto (2014, p.79), a profissão expressa duas dimensões:

[...] como realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes profissionais expressa pelo discurso teórico-ideológico sobre o exercício profissional; a atuação profissional como atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que conferem uma direção social à prática profissional, o que condiciona o mesmo ultrapassa a vontade/e ou consciência de seus agentes individuais.

Tais dimensões são uma unidade contraditória. Dessa forma, a profissão tanto não atende exclusivamente as demandas do capital, num caráter conservador, no esforço e apoio ao poder vigente, como também não é “transformadora ou revolucionária” (IAMAMOTO, 2014, p.80) em sua prática profissional, mas sim,

expressa “o caráter da diversidade do movimento histórico”, pois, a atuação do assistente social reproduz

[...] pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto as demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história. (IAMAMOTO, 2014, p.81).

Para Iamamoto (2014, p.81), a partir dessa concepção é que se pode estabelecer “uma estratégia profissional e política, para fortalecer as metas do capital ou do trabalho”, entretanto não se pode excluí-las desse contexto profissional, uma vez que as classes só existem inter-relacionadas. Dessa forma possibilita-se que o profissional se coloque (ou não) ao lado dos interesses das classes trabalhadoras (IAMAMOTO, 2014). Nessa perspectiva, tanto os empregadores dos assistentes sociais, quanto aos usuários que demandam os seus serviços, são apreendidos “enquanto personificação de categorias econômicas, como representantes de determinados interesses e relações de classe” (IAMAMOTO, 2014, p.83). Sobre esse espaço mediador que a profissão se inscreve, Santos (2007, p.58) explica que as respostas que o Serviço Social:

[...] é chamado a dar neste sentido têm seu resultado, independente da intencionalidade desses profissionais, travejado pelo conservadorismo –cujas mudanças internas, expressadas nas atualizações constantes do pensamento conservador, vêm sempre aprimorar o seu potencial afirmativo da positividade da ordem burguesa.

Sendo assim “enquanto a demanda que o sustenta existir, o conservadorismo estará sempre presente no Serviço Social – ora mais fortalecido, ora menos, porém sempre atualizado para responder adequadamente às requisições que lhes são formuladas” (SANTOS, 2007, p.58). O conservadorismo se torna uma tendência constitutiva dessa profissionalidade, o que não significa que seja a única, pois, nesse sentido o legado da direção social estratégica do projeto ético-político, “é aprofundar as fragilidades do projeto conservador desenvolvendo a outra legitimidade igualmente constitutiva do tecido profissional, mas isso não elimina a sua oponente” (SANTOS, 2007, p. 58). É nessa condição que os limites históricos do Serviço Social dessa vertente estão circunscritos à ordem burguesa.

Nos dias atuais, é este projeto que vem mantendo direção hegemônica nas dimensões constitutivas da profissão, entretanto, conforme afirma Vasconcelos (2015, p.298), seu maior desafio

[...] é que ele não mediu nem vem mediando majoritariamente o exercício profissional – independentemente da área de atuação –, nem a formação profissional, hoje capitaneada pelo ensino privado, presencial e/ou a distância, como vem demonstrando vários estudos sobre a qualidade da formação e a qualidade da atividade profissional dos assistentes sociais brasileiros.

A segunda vertente é de cariz tecnocrático. Esta é marcada como herdeira daquela que foi a “perspectiva modernizadora” dos anos sessenta e setenta. Porém “renovada pela ofensiva neoliberal e reciclada por outras teorias sistêmico-organizacionais, que lhe oferecem caução para a sua inserção nas instituições diretamente controladas pelo capital” (NETTO, 1996, p.126).

Silva (2017) e Vasconcelos (2015) explicam que atualmente uma das questões centrais desta tendência se inscreve sob a integração empreendedora dos indivíduos: “uma integração dinâmica e solidária, por meio de certo tipo de empoderamento centrado nos indivíduos e em seus dotes pessoais, ressaltando traços nitidamente meritocráticos” (SILVA, 2017, p.70). Um outro destaque é que

[...] seu cariz tecnocrático denuncia um profissional a ser formado: o técnico bem adestrado, aqui entendido como aquele que deve conhecer o necessário para sistemicamente e criativamente operar o instituído, dinamicamente adaptado às fronteiras institucionais (SILVA, 2017, p.70).

No seu processo de reciclagem pela ofensiva neoliberal, como mencionado acima, Vasconcelos (2015, p.301) explica que apoiada na assistencialização tecnicizada da seguridade social brasileira,

[...] parte da elite do Serviço Social, articulada ao governo de plantão há mais de dez anos, [...] vem favorecendo, através da legislação, a introdução no âmbito da categoria de noções que descaracterizam a inserção de classe dos usuários da política social e a questão social como fruto a contradição capital/trabalho.

Isso implica uma inserção profissional prioritariamente na Política de Assistência Social, e em uma atuação profissional que se restringe apenas “à operacionalização da complexa burocracia de acesso às políticas e serviços sociais e de cumprimento de condicionalidades” (VASCONCELOS, 2015, p.301). Outro ponto se dá na presença de noções de concepção pós-moderna que recusa a perspectiva da totalidade e que vem permeando a produção de conhecimento e o exercício profissional. Aqui cabe ressaltar a intersecção que Netto (1996) evidenciava com essa

vertente e a vertente neoconservadora. Noções como vulnerabilidade social, empoderamento, população de risco, capital humano, capital social, exclusão social, fragilização de vínculos afetivos, famílias vulneráveis e caso social. Dessa forma, Vasconcelos (2015, p.300) explica que:

[...] muitos assistentes sociais, sem os instrumentos para uma análise teórico-crítica desse quadro, vêm assumindo e apoiando as orientações e noções veiculadas pela política de Assistência Social, na medida em que entendem que sua viabilização, tal qual implementada pelos governos possa favorecer os trabalhadores.

Para Silva (2017, p.71), é nesse contexto

[...] que temas e autores pós-modernos e neoconservadores, em diferentes medidas, são fartamente utilizados na gestão da nova questão social por meio de um novo contrato social (ROSANVALLON, 1995), no trato das metamorfoses da questão social (CASTEL, 1998) ou, ainda, a análise do processo de exclusão-inclusão social, a desigualdade latino-americana, a explosão da insegurança urbana, destacando a dimensão ética de tais tensões e o desenvolvimento das capacidades dos indivíduos todos eles comprometidos em lidar com novos desarranjos (SEN, 1999).

De acordo com Vasconcelos (2015), esse dado sobre a posição favorável de assistentes sociais a essas propostas podem ser verificados nos trabalhos publicados em eventos científicos da área, como CBAS e ENPESS. Nessa direção, Silva (2017, p.71) complementa que:

[...] essa tradição articula, com maestria, modernização das teses positivistas/funcionalistas, neoconservadorismo, sociedade do capital e sua gestão responsável, aperfeiçoando a noção do todo articulado em subsistemas e reconhecendo o sentido positivo dos conflitos e dos desequilíbrios, bem como reedita várias formas de relativismo e ecletismo desde que descartando e combatendo o mal marxista.

No exercício profissional, a atuação dos assistentes sociais é “centrada nas questões imediatas e focalizadas em indivíduos/grupos considerados “de/ em risco”, “vulneráveis” e não superexplorados” (VASCONCELOS, 2015, p.301). Dessa maneira, a atuação profissional atende apenas ao capital, “subserviência absoluta da profissão e dos profissionais à ordem social em curso” (SILVA, 2017, p.70), pois sua intervenção no acesso aos direitos é despolitizada, “restringe o espaço público para o atendimento às necessidades essenciais da maioria, e obscurece a força coletiva ao favorecer, mesmo que indiretamente, a individualização das diferentes expressões da questão social [...]”. Vasconcelos (2015) destaca que quase sempre esse tipo de intervenção é inconsciente e involuntária.

Outro aspecto importante nessa tendência, é a

[...] redução das funções do assistente social ao burocrático preenchimento de cadastros, elaboração de estudos sociais e alimentação de plataformas

estatísticas; controle de conflitos institucionais por meio de atendimento individualizado em plantões a indivíduos/famílias e “acompanhamento de casos sociais (VASCONCELOS, 2015, p.302).

Vasconcelos (2015, p.303) explica que diante desse contexto, grande parte dos assistentes sociais, mesmo reivindicando o projeto ético-político como referência,<sup>26</sup> por não terem uma teoria necessária e nem uma segurança nos princípios ético-políticos que o referenciam “se sente incapaz de enfrentar propositiva e criticamente as requisições institucionais no sentido de redirecioná-la na perspectiva dos interesses dos trabalhadores/usuários”. A autora destaca a diferenciação entre a escolha dessa direção tomada no âmbito da elite intelectual, que participa da gestão e do planejamento dessa política social, para a escolha no âmbito do exercício profissional, onde os assistentes sociais na maioria da vezes não fazem uma escolha consciente desse projeto profissional de cariz tecnocrático, mas pela necessidade de, em algumas circunstâncias, se definir por alguma direção. Sobre isso ela acrescenta que:

[...] tendo em vista a funcionalidade do sistema capitalista que, mesmo que não escolhido explicitamente pelos assistentes sociais, o projeto de “cariz tecnocrático” tem permeado a formação, o que reforçado pela legislação das políticas sociais, te, influenciado os assistentes sociais na prática (VASCONCELOS, 2015, p.303).

Vasconcelos (2015), conclui que é neste contexto que temos a maior parte dos assistentes sociais, onde involuntariamente se tornam braços da classe dominante através de uma prática conservadora.

A terceira tendência se tem a persistência da vertente do conservadorismo tradicional. Que o Netto (2009) chamou de “reatualização do conservadorismo”, tal vertente nos anos oitenta e noventa se apoiou à fenomenologia. Tinha posição contrária ao positivismo (modernizador) e ao marxismo. Se sustentava no suporte teórico metodológica da fenomenologia e na compreensão, no diálogo, na ajuda

---

<sup>26</sup> Vasconcelos (2015, p.303) vai dizer que: “muitos frequentemente, em nome do projeto profissional, grande parte dos assistentes sociais, sem a teoria necessária que ilumine o complexo campo da luta de classes, acreditam que o bom uso dos recursos viabilizados pelas políticas assistenciais; o desenvolvimento da verve empreendedora dos “excluídos”; o desenvolvimento das “capacidades e potencialidades” dos indivíduos integrantes das “famílias excluídas e/ou em situação de risco social” através de cursos de manicure etc.) poderão constituir a “porta de saída” dos programas de transferência de renda o que significa não só o favorecimento dos trabalhadores, mas o sentimento de dever cumprido. Mas, não só a história, mas a teoria que possibilita a apreensão do movimento da realidade mostra que a exploração, assim como a condição de beneficiário das políticas sociais no capitalismo, independentemente do seu estágio de desenvolvimento, não serão separadas. Mesmo porque, com a revolução tecnológica, cada vez mais a burguesia necessita menos de trabalho vivo, o que vem resultando num contingente cada vez mais expressivo de “supérfluos” para o sistema e na inutilidade da ampliação do exército de reserva para rebaixar o valor da força de trabalho, o que, por sua vez, veem resultando na ampliação exponencial dos usuários da política de Assistência Social”.

psicossocial, na autodeterminação, e na empatia na intervenção profissional. Tinha uma aparente neutralidade e distanciamento da ditadura, recuperando conteúdo do histórico-conservadorismo, postulados e valores humanistas.

De acordo com Yazbek (2018), nessa proposta a principal autora que desenvolveu tal abordagem foi a Anna Augusta de Almeida em 1997, onde busca desenvolver uma proposta metodológica inspirada em três conceitos: diálogo, pessoa e transformação. O diálogo é compreendido “como ajuda, como profunda relação entre profissional e “cliente” face a uma situação existencial problematizada, frente a qual se propõe o desenvolvimento da consciência reflexiva sobre sua situação humana”, a pessoa como “o homem total que é o sujeito, logo, racional e livre” e a transformação social, nessa proposta se inscreve no “esforço intencional de cada um para conhecer e mudar o mundo [...] a transformação do mundo se efetiva pela transformação dos sujeitos individuais” (YAZBEK, 2018, p.74).

Para Netto (2009, p.118):

[...] a vigência do Serviço Social tradicional, envolve amplíssimas camadas da categoria profissional e uma parcela não-desprezível das agências de formação. Mesmo que não se disponha de análises rigorosas e abrangentes sobre este aspecto, ele reponta em encontros da categoria e é detectável em investigações as mais diversas, por exemplo: Serra, 1983; Souza, 1985; Weisshaupt, org, 1985 e VV. AA, 1989.

Diante disso, entende-se que essa proposta “se situa em um movimento de reatualização do conservadorismo, estando, portanto, apoiada em um lastro conservador, com nova roupagem, ainda apoiada em valores cristãos” (YAZBEK, 2018, p.75).

A quarta tendência será uma vertente neoconservadora que possui inspiração pela epistemologia pós-moderna, onde para Netto (1996, p.127), tal vertente irá promover

[...] uma reentronização das práticas tradicionais, oferecendo-lhes um discurso legitimador de natureza “cultural” e, [...]estimulará, respaldando o apelo à “sociedade civil” e à “cidadania”, ações focais no marco de petições “solidárias” e de “parcerias” a todos os níveis.

De acordo com Silva (2017, p.71), apesar dessa tendência ter em comum com a perspectiva modernizadora de cariz tecnocrático,

[...] o manuseio de autores similares e o debate de teses próximas, a “nova questão social”, o “novo contrato social”, o processo de exclusão-inclusão, a inexistência, relativização ou insuficiência das classes sociais [...]

Não se identifica com a de cariz tecnocrático, sua ênfase

não está propriamente na subserviência consciente à ordem do capital, como a ordem a ser afirmada e defendida, mas na resignação assumida diante dela valorizando seus pontos positivos e negativos, destacando a centralidade do indivíduo [...] (SILVA, 2017, p.71).

Tal tendência não possui seu foco na integração empreendedora como base central, mas sim na em “afirmar direitos com base nas lutas empreendidas nos microespaços por segmento, na inclusão participativa dos indivíduos excluídos, seu empoderamento, na participação política em si e no seu modelo emancipatório focal e restrito” (SILVA,2017, p.71). Conforme Silva (2017, p.71):

[...] o lado mal do capitalismo deve e pode ser humanizado, corrigido e ajustado com base nas instâncias participativas centradas em espaços territoriais definidos, nas demandas locais não classistas, conselhos, comissões, grupos formados por afinidades, entre outros. A ênfase dita participativa e comunitária, em si, se desloca de sua relação orgânica com o Estado, como seguridade social, como políticas sociais tecidas no processo de lutas de classes, fragmentando-se em lutas sociais isoladas e por segmento, contra o Estado opressor e a burocracia institucional.

Desse modo, essa vertente travestiu de modernidade práticas tradicionais. Vasconcelos (2015, p.304) explica que, essa vertente “é a preferida – nem sempre conscientemente – de parte expressiva dos assistentes sociais” principalmente dos profissionais que tem como objeto de investigação e/ou priorizam, na atuação profissional questões relacionadas à raça, etnia, gênero, geração e orientação sexual. Entretanto, no âmbito da produção de conhecimento

[...] os assistentes sociais que assumem e/ou referenciam numa concepção pós-moderna partem da crítica ao marxismo por não “conseguir apreender e dar respostas às particularidades dos indivíduos (VASCONCELOS, 2015, p.305).

Essa crítica influência do mesmo modo por parte dos assistentes sociais no exercício profissional. Para a autora, no âmbito do exercício profissional, essa vertente espraia-se pela concepção do Serviço Social Clínico, que por sua vez, segundo Vasconcelos (2015, p.305):

[...] as diferentes propostas de “Serviço Social Clínico”, revelam, através de sua bibliografia, um denominador comum que é uma concepção de profissão essencialmente conservadora, que resulta na identificação da “profissão como uma forma de ajuda, vocação ou conforto terapêutico. É juntamente essa concepção mística do servir, próxima à filantropia, uma visão benevolente do exercício profissional, que a categoria, desde os anos 60, não só no Brasil, mas em quase todo o continente latino-americano, tem colocado em xeque.

Essa vertente também se espraia pela política de Assistência Social, através do intensivo uso de instrumentos como “Terapias Comunitárias”, “Terapia de Família” e instrumentos como genograma etc. Onde, para Vasconcelos (2015, p.306) os

profissionais acabam “tomando o “psicossocial” como função e não como campo ou área de atuação e/ ou psicologizando as expressões da questão social”. Nessa direção, Vasconcelos (2015, p.307) contrapõem este tipo de atuação ao afirmar que:

[...] no campo da atenção psicossocial, o assistente social tem como objeto de atenção as diferentes expressões da questão social, que certamente estarão agravadas pela presença de transtornos mentais, mas ele não tem como função o tratamento de transtornos mentais. É nesse sentido que, mesmo atuando nesse campo, as referências teórico-metodológicas determinantes da formação e da prática profissional são a economia-política, a história, a filosofia etc. e não a psicologia [...]

Citando como exemplo a área da assistência social, da educação e do sócio jurídico, onde a atuação dos assistentes sociais se dá “com o foco no “tratamento social” de indivíduos e famílias e/ou tratamento com doenças (físicas e mentais)”. (VASCONCELOS, 2015, p.306). Para Vasconcelos (2015, p.307):

São assistentes sociais que, tomando o “psicossocial” como função e não como área de atuação, exercem suas atividades nas práticas de humanização e acolhimento que, muito frequentemente objetivando “a prevenção como um processo restaurador e revitalizador das possíveis crises familiares e conjugais” e/ ou pessoais resultam em minorar o sofrimento resultante não só da pobreza e da miséria, mas do desemprego, da violência (sistêmica), da ignorância e da mutilação das subjetividades, frutos da lógica capitalista.

Tais práticas, resultam não só em mascarar, nas palavras da autora maquiagem a pobreza e a miséria, no sentido de

[...] resgatar o que há de belo na pobreza – como é próprio da mídia burguesa –no sentido de embelezar, de disfarçar e de mascarar a pobreza e/ou o sofrimento material e espiritual; no sentido de enganar e/ou iludir pobres, miseráveis e desesperados, quase sempre sem o conhecimento dos intrincados nexos causais deste estado de coisas (tanto por parte do assistente social como dos usuários), o que revela o “mau uso social da inteligência e do talento (VASCONCELOS, 2015, p.310).

Em “busca da cidadania, via acesso aos direitos fragmentados e fragmentadores dos indivíduos” (VASCONCELOS, 2015, p.310), mas também em disfarçar e ocultar a exploração do trabalho e a concentração da propriedade e da riqueza socialmente produzida. Nesse sentido, para Vasconcelos (2015), é uma enorme contradição o assistente social afirmar a opção pelo projeto ético-político e ao mesmo tempo, buscar “remover bloqueios ao desenvolvimento individual; a prevenção como um processo restaurador e revitalizador das possíveis crises familiares e conjugais ou pessoais [...]” e etc., uma vez que na sociedade capitalista

[...] as relações reais dos diferentes segmentos da classe trabalhadora [...] não resultaram, não resultam e nunca resultarão em subjetividades ricas e emancipadas, submetidos que estão a condições insustentáveis e aviltantes

de dominação, exploração e mutilação do corpo e do espírito (VASCONCELOS, 2015, p.311).

Pois, o assistente social que objetiva sua intervenção por essas ações citadas no parágrafo anterior, resgata a individualidade capitalista, negando e corroendo qualquer luta política e transformações necessárias, uma vez que, o profissional busca um atendimento às necessidades individuais como se essas necessidades não se expressassem para todos, ou seja, não considera nem se capta as relações reais existentes entre indivíduo-sociedade (VASCONCELOS, 2015).

Dessa forma, Vasconcelos (2015) aponta que através das reflexões de William S. Meyer, da Clínica Social Worker/ Departamento Clinical Social Work / Duke Medicine, referência dos assistentes sociais brasileiros que optam pela concepção de um Serviço Social Clínico, é possível captar que as intenções dessa perspectiva giram entorno de uma ajuda restauradora. Mostrando-se bem intencionada frente às desgraças do ser humano, busca “aliviar o sofrimento humano, sem ir às raízes desse sofrimento, e/ ou imputando as causas desse sofrimento ao próprio indivíduo que sofre, resulta em atacar as consequências de um problema sem desobscurecer e atacar sua natureza e suas causas” (VASCONCELOS, 2015, p.313). Atualmente há diversos cursos oferecidos pela internet, a partir desse novo viés no trabalho com as famílias e casais, tendo a prevenção como um processo restaurador e revitalizador de possíveis crises.

Para Silva (2017, p.72):

[...] não se trata de formar um profissional de Serviço Social unicamente técnico operativo no seu sentido estrito [...] mas de valorizar a teoria, o estudo e a pesquisa a partir de parâmetros que reeditam certa ciência abstrata como intelectuais rebeldes-especulativos, que põem em prática suas criatividades individual para criar modelos, regras, orientações gerais, instâncias limitadoras da liberdade individual, predominantemente presentes nas diversas instituições e no Estado tomando-o como espaços autoritários e centralizadores em si, sem precisar sua concretude sócio-histórica e seu caráter classista.

A quinta tendência verificar-se-á o aparecimento de vertentes aparentemente radicais. Para Netto (1996, p.127) tais vertentes são

Abertamente desqualificadoras da teorização sistemática e da pesquisa rigorosa, fundadas seja num anticapitalismo romântico de inspiração católica (a glorificação do “saber popular”, do “povo”, com apelo a valores de “solidariedade”), seja na repulsa anarcóide ao universalismo da modernidade (a entronização abstrata do “protagonismo da sociedade civil”, a desconsideração do Estado, a antiinstitucionalização vulgar, a reificação das diferenças), seja no irracionalismo aberto (a validação das “racionalidades alternativas”), seja no relativismo mais primário (com a equalização de todas as formas de socialidade)

Vasconcelos (2015) explica que nessa perspectiva os princípios fundamentais do Código de Ética são tomados de forma fragmentada com intenções/projetos que desqualificam abertamente a “teorização sistemática e a pesquisa rigorosa” como mencionado por Netto (1996). Diante disso, através daqueles múltiplos fundamentos apontados por Netto (1996), (o anticapitalismo romântico, a repulsa anarcóide ao universalismo da modernidade, o irracionalismo aberto e o relativismo mais primário) que podemos eleger segundo Vasconcelos (2015), como uma das questões centrais dessa perspectiva a referência central a religião/irracionalismo, como finalidade a humanização do capitalismo/reformismo, por meio do consenso dos desiguais, os assistentes sociais que priorizam esse projeto combinam, nem sempre de forma consciente, fontes de pensamento aparentemente radicais.

O porquê de tal afirmação, se dá pelo fato de que quando os assistentes sociais investem ou priorizam a tradição revolucionária baseada nas lutas mediadas pela cor de pele e pelas questões de gênero e geração, ou seja, lutas setoriais, nessa perspectiva isso acontece em detrimento da luta de classes/exploração do trabalho, de lutas anticapitalistas. Isso resulta no obscurecimento a exploração do trabalho, a concentração de riqueza, não assumindo a defesa da propriedade social dos meios essenciais de produção, deixando em segundo plano a luta dos trabalhadores contra o capital, ou até negando a luta de classes. Tais profissionais, acabam buscando como saída para emancipação os movimentos de libertação que provêm da luta contra o “capitalismo selvagem” o que, como mencionado anteriormente, resulta em uma perspectiva que busca a humanização do capitalismo, e não em sua superação, contrapondo o VIII princípio do Código de Ética do/a Assistente Social (1993), onde defende a opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero. (CFESS, 2010).<sup>27</sup>

De acordo com Netto (1996), essas tendências não são excludentes, “podem-se antever cruzamentos e alianças, complementaridade e apoio” como entre as 2 e 4,

---

<sup>27</sup> No ano de 2018 a ABEPSS lançou um material que busca oferecer subsídios aos assistentes sociais, que referenciados pelo projeto ético-político de inspiração crítico-dialética, buscam se apropriar sobre a questão étnico-racial na perspectiva da totalidade. No intuito de assumir a tarefa coletiva de construir o avanço do debate entre a categoria.

3 e 4 e 2 e 5, e também assevera que “haverá um confronto teórico-profissional mais substantivo, a travar-se entre as linhas sinalizadas 1, 2 e 4” (NETTO, 1996, p.127).

## À GUIA DE CONCLUSÃO

O desenvolvimento do presente trabalho possibilitou discutir acerca da polêmica da crise de hegemonia do Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social no Brasil, bem como sobre as principais tendências contemporâneas identificadas no interior da profissão. É neste sentido que podemos constatar que a discussão se organizou em dois eixos que se auto implicam e que são condicionados pelo o avanço do neoliberalismo sustentado por sua expansão hegemônica ideocultural através do neoconservadorismo.

Verifica-se que, para compreendermos o que se entende por crise hegemônica do projeto profissional, assim como as disputas hegemônicas das tendências profissionais travadas no interior da categoria, foi essencial demarcar o que se entende quando se fala de hegemonia. Pois esta categoria ao ser apreendida pelo pensamento gramsciano, passa a obter maior complexidade, propriamente, por capturar as mudanças ocorridas da relação entre sociedade e Estado ampliado. Passando adquirir um critério histórico-político que permite analisar as classes sociais e as disputas em torno do poder, tendo como destaque os componentes de coerção e consenso coexistindo no mesmo tempo e espaço, correspondendo à supremacia de uma determinada classe social sobre o conjunto da sociedade.

Nessa investigação o enfoque conferido a hegemonia foi direcionado ao projeto ético-político. Compreende-se que sua hegemonia, requer a disputa e o enfraquecimento ao conservadorismo, assim como a capacidade de articular forças para a construção de respostas concretas (MARRO, 2006). A hegemonia é apreendida no âmbito profissional como direção ético-política e teórica, que sustenta determinada direção social estratégica e representa uma dada concepção de profissão e de formas de enfrentamento adotadas pelos assistentes sociais e pelas entidades representativas. Os assistentes sociais passam a ser então parte de um “sujeito coletivo” partilhando concepções em comum, atos teleológicos articulados e dirigidos a uma mesma finalidade, como parte da comunidade política (IAMAMOTO, 2014).

A compreensão da hegemonia gramsciana marxista para o âmbito profissional, traz também o pluralismo como um elemento indissociável. Entende-se que, em uma profissão, existem propostas e grupos que conseguem se tornar hegemônico, contudo, está predominância de direção política é gestada por um

processo não coercitivo que pressupõe a não eliminação de interesses particulares contrários a direção predominante (RODRIGUES, 2008). A conquista da hegemonia do atual projeto ético-político se expressa em três níveis: na produção de conhecimento, nos marcos legais e na organização política.

Foi possível analisar que o projeto profissional expressa a autoimagem da profissão (ORTZ, 2010) elegendo valores que a legitimam, sua função social e seus conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas e práticas. (NETTO, 1999). Entretanto, sua construção não inclui um movimento endógeno ao âmbito profissional, pois, a partir da perspectiva da totalidade, apreende-se a profissão no contexto sócio histórico das determinações postas pela sociabilidade do capital, isto é, integrando-a a uma dimensão mais ampla: a societária. Isto significa que não é possível pensar a profissão em si mesma, como se suas demandas não expressassem, por um conjunto de mediações, as contradições das classes sociais em disputa na sociedade (RODRIGUES, 2008).

Sendo assim, pensar a profissão na perspectiva da totalidade num contexto sócio histórico do capitalismo tardio, requer a problematização dos desafios e limitações da atual cultura profissional do Serviço Social, cuja a qual possui como tônica: sua vinculação a projetos societários cujo o horizonte é a emancipação social dos homens e mulheres, de defesa dos direitos, como também a ênfase na socialização de riqueza socialmente produzida e no estímulo as lutas sociais travadas na sociedade civil (MOLJO; SILVA, 2018), porém Netto (1999) assegura que, na ordem do capital por razões econômicas, sociais e culturais, mesmo em uma democracia política, os projetos societários que se alinham aos interesses das classes trabalhadores sempre dispõe de condições menos favoráveis, para enfrentar os projetos de classes proprietárias e politicamente dominantes. Ora, sendo assim, o atual projeto profissional do Serviço Social, ao se vincular aos interesses das classes trabalhadores, passa a contestar a hegemonia do atual projeto societário e ter limitações concretas em sua plena efetivação. O projeto profissional passa a ser sempre tencionado e determinado pela crise orgânica mundial do capital.

Os desdobramentos dessas problematizações se inserem na polêmica se existe ou não uma crise de hegemonia do atual projeto ético-político profissional. De acordo com o dicionário (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996) as crises decidem se uma coisa perdura ou não, elas também sempre afetam a “autocompreensão” e a

“autodefinição” de agentes, sistemas ou esferas, uma vez que sempre afetam sua “identidade”, isto é, uma vida ou uma situação de vida como um todo.

Nesse sentido, Netto (2007) e Braz (2007), entendem que as mudanças ocorridas na conjuntura política do projeto neoliberal colocam a atual hegemonia do projeto profissional em crise, pelos seguintes aspectos: i) apassivamento da classe trabalhadora frente à cultura ídeo-política neoliberal; ii) cooptação de entidades e organizações da classe trabalhadora (exemplo a CUT e a UNE); ii) precarização das condições objetivas do exercício profissional que tendem a fragmentar e tornar corporativistas as demandas político-profissionais, como também pela centralização e minimização do elenco de objetivos da profissão às funções no plano assistencial; iii) pela proliferação dos cursos privados e de ensino à distância, que desqualificam o ensino superior, desregulamentando-o e flexibilizando-o. Por outro lado, Motta e Amaral (2009) e Rodrigues (2007) contestam a ideia de que existe uma crise no projeto profissional, pois, embora o mesmo seja tencionado e determinado pelo projeto neoliberal, suas dimensões constitutivas continuam se posicionando por uma direção ético-política e teórica calçada em uma perspectiva crítica-dialética, ou seja, a direção social hegemônica não está em crise por sua “autocompreensão” e a “autodefinição” não estarem afetadas.

Constata-se, então, que a polêmica da crise de hegemonia do atual projeto profissional está em analisar se o cenário posto pela cultura neoliberal se espalhou nas dimensões constitutivas (política-organizativa, jurídico-política e teórica) da profissão ao ponto de se afirmar que a hegemonia do atual projeto está em crise. Sendo que, como nos lembra Moljo e Silva (2018), o atual projeto profissional sempre estará diretamente associado ao projeto societário burguês, por estar comprometido com a ruptura da ordem burguesa que atualmente se particulariza na América Latina.

Desta forma a pesquisa compreende que através do aumento expressivo no número de assistentes sociais formados por um ensino privado e à distância, pelos cortes realizados nas políticas sociais que se desdobra na precarização das condições do exercício profissional, somado ao avanço que as outras expressões teórico-metodológica da profissão vêm ganhando no corpo profissional, verifica-se que a hegemonia do atual projeto ético-político está em crise. Constata-se como mais um exemplo, as eleições do CRESS ocorridas no ano de 2016 no estado Bahia, onde disputavam-se três chapas. Chapa 1: Quebrando pedras e plantando flores; Chapa 2: Fora da caixa reconstruindo conceitos e práticas; e Chapa 3: CRESS para a base.

Apenas a chapa 1 tinha como perspectiva teórica-metodológica a tradição marxista, as outras chapas em disputa expressavam concepções de variados tons neoconservadores.

Os desdobramentos dessa problematização acerca dos rebatimentos da atual fase do capitalismo sobre a cultura profissional, também se situa no segundo eixo: a proliferação de propostas de projetos profissionais. As atuais disputas hegemônicas no interior do Serviço Social assumem uma tônica diferente do período de renovação, apresentando-se em torno do debate teórico-epistemológico, tendo como particularidade o embate contra a direção social estratégica que sustenta o projeto ético-político. Este debate está imbricado com a chegada da pós-modernidade que coloca em crise os pensamentos modernos. Contrapõem-se firmemente a teoria de Marx, no intuito de demonstrar a insuficiência do marxismo na atualidade por suas macroabordagens, reiterando ao mesmo tempo a importância do fragmento, do intuitivo, do efêmero e do microssocial (YAZBEK, 2018).

No Serviço Social isso se apresenta em propostas de projetos profissionais que optam “por uma análise da sociedade centrada em uma categoria fundante que não é o trabalho, mas a subjetividade” (VASCONCELOS, 2015). De acordo com Vasconcelos (2015), raramente esses projetos se constituem em projetos claros e definidos como o projeto ético-político. “Escolher conscientemente ou se enquadrar” em uma das tendências mencionadas anteriormente, segundo a referida autora, não faz de um assistente social melhor ou pior do que qualquer outro profissional. A mesma reconhece a coragem e boa intenção presentes na vida social, conquanto, elas mesmas não garantem

[...] objetivações idealizadas, principalmente, se contrárias e inconvenientes ao capital. [...] O que exige do assistente social se municiar de “instrumentos teóricos e metodológicos para apreender a gênese, a constituição e os processos de reprodução da questão social (VASCONCELOS, 2015. p.317)

Para Vasconcelos (2015, p.318) a novidade ofuscada no âmbito da luta pela manutenção da hegemonia do atual projeto profissional,

[...] fica por conta de segmentos da categoria que, afirmando tomar o projeto profissional como referência, no que o fazem ecleticamente, se põe em aliança com perspectivas que negam não só os princípios fundamentais, mas suas referências teórico metodológicas e, muito frequentemente, técnico-operativas.

Sendo assim, destaca-se assistenciais sociais que, em sua atuação reivindicam o atual projeto profissional hegemônico, pondo em evidência a defesa dos interesses da classe trabalhadora, ao mesmo tempo reproduz ações que resultam na

despolitização, desmobilização, individualização e responsabilização, constituindo-se em práticas conservadoras (VASCONCELOS, 2015).

O trabalho exposto teve por finalidade discutir os atuais desafios e limitações para a cultura profissional do Serviço Social brasileiro, no que tange a manutenção da hegemonia conquistada do seu projeto ético-político, que como exposto no decorrer deste trabalho, vivencia muitos entraves à sua continuidade. Entretanto, também é notável o esforço da direção social estratégica do atual projeto na disputa pela manutenção de sua hegemonia, construída nesses últimos quarenta anos. Demonstrados através do Projeto ABEPSS Itinerante, que visa defender uma formação de qualidade. Como também o curso de capacitação “Ética em Movimento” criado pelo conjunto CFESS/CRESS. E projetos de ação extensionistas em Unidades de Formação Acadêmica que buscam criar espaços de capacitação continuada aos profissionais que estão atuando nas políticas sociais, tendo como exemplo o projeto de extensão desta Universidade intitulado “A Relação Teoria-Prática e o Tratamento do Instrumental Técnico-Operativo no PEP do Serviço Social”.

Essas ações mostram o esforço de apreender as possibilidades que se apresentam meio as contrações próprias de uma sociedade capitalista, na perspectiva de que, parafraseando Carlos Drummond de Andrade, em seu poema “Mãos Dadas”: o tempo é a nossa matéria, o tempo presente, os homens presentes, a vida presente, pois, o presente é tão grande, não nos afastemos, vamos de mãos dadas.

## REFERÊNCIAS

BARROCO, M. L. S; TERRA, S. H. *Código de Ética do/a Assistente Social*. São Paulo: Cortez, 2012.

BRAZ, M. *A hegemonia em xeque: Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos*. Revista Inscrita, Brasília (DF): CFESS, n.10, 2007.

\_\_\_\_\_. *O governo Lula e o projeto ético-político do Serviço Social*. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 78, 2004.

BRAZ, M.; TEIXEIRA, J. B. *O projeto ético-político do Serviço Social*. In: ABEPSS; CFESS (Org.). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: Cfess/Abepss, UnB, 2009, p. 185-201.

BRAZ, M; NETTO, J. P. *Economia Política: uma introdução crítica*. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CAMARGO, M. H. D. *Gramsci e a questão meridional*. Revista Espaço Acadêmico: nº173, 2015, p.45-50.

CFESS, 2010. *Código de Ética do assistente social e Lei n. 8.662/93*. 10. ed. rev. e atual. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf). Acesso em: 22 jun. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. *Perguntas Frequentes*. S/ANO. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/perguntas-frequentes>. Acesso em: 22 jun. 2019.

COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

\_\_\_\_\_. *Pluralismo: dimensões teóricas e políticas*. Cadernos ABESS. São Paulo, n. 4, 1991.

EIRAS, A. A. L. T. S.; YAZBEK, M. C.; SANTOS, C. M. *Os movimentos contestatórios no serviço social*. EM PAUTA, Rio de Janeiro, v. 15, n. 40, p. 22 – 39, out. 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/32744/23538>. Acesso em: 22 jun. 2019.

IAMAMOTO, M. V. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, 2014.

\_\_\_\_\_. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007.

JOHNSON, A. G. *Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica*. Tradução: Ruy Jungmann; consultoria, Renato Lessa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

MARRO, K. I. *Reflexiones Preliminares sobre el Problema de la Hegemonia em el Proyecto Ético-político del Trabajo Sociale*. Revista Katálisis, v.9, Florianópolis: 2006.

MOLJO, C. B; SILVA, J. F. S. *Cultura profissional e tendências teóricas atuais: o Serviço Social brasileiro em debate*. In: Guerra, Y. Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica. Campinas: papel social, 2018, p. 115-148.

MOTTA, A. E; AMARAL, A. *Projeto Profissional e Projeto Societário*. Revista Inscrita, Brasília (DF): CFESS, n.12, 2009.

MOURA, J. S. *Atualização contemporânea sobre o debate de crise de hegemonia do Projeto Ético-Político do Serviço Social*. Anais do 3º Encontro Internacional de Política Social e 10º Encontro Nacional de Política Social. Vitória: 2015.

NETTO, J. P. *Das ameaças à crise*. Revista Inscrita, Brasília (DF): CFESS, n.10, 2007.

\_\_\_\_\_. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. Ed.16. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. *Perspectivas imediatas, mercado de trabalho e tendências de desenvolvimentos*. In: *Transformações societárias e Serviço Social: notas de uma análise prospectiva da profissão no Brasil*. Revista Serviço Social e Sociedade, Rio de Janeiro: n. 50, 1996.

ORTIZ, F. G. *O Serviço Social no Brasil: os fundamentos de sua imagem e da autoimagem de seus agentes*. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

OUTHWAITE, W; BOTTOMORE, T. *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Tradução Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

PEREIRA, L. D. *Mercantilização do ensino superior, educação, a distância e Serviço Social*. Revista Katálisis: Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 268-277, 2009.

PIAZZETA, M; AMÉNDOLA, N. *Ranking de cursos EAD na graduação*. Disponível em: <https://www.hoper.com.br/single-post/2018/10/08/RANKING-DE-CURSOS-EAD-NA-GRADUA%C3%87%C3%83O>. Acesso em: 20 jun. 2019.

RODRIGUES, S. *A Hegemonia do Projeto Ético-Político Profissional: Limites e possibilidades históricas*. In: Encontro Nacional CFESS/CRESS. Conferências e Deliberações: Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. *Limites e possibilidades históricas do projeto ético-político*. Revista Inscrita, Brasília (DF): CFESS, n.10, 2007.

SANTOS, J. S. *Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2007.

SEMERARO, G. *Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SILVA, J. F. S. *Serviço Social e tendências teóricas atuais*. Revista Kátalysis, Florianópolis, v.20, n.1, p.67-76, jan./abr. 2017

SIMIONATTO, I. *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

\_\_\_\_\_. *Marxismo Gramsciano e Serviço Social: interlocuções mais que necessárias*. Rio de Janeiro: Em Pauta, v.9, n.27, p.17-33, jul. 2011b.

SIMIONATTO, I; NEGRI, F. *Gramsci e a produção do conhecimento no Serviço Social brasileiro*. Rev. katálysis, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 13-21, abr. 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802017000100013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802017000100013&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 22 jun. 2019.

VASCONCELOS, A. M. *A/o assistente social na luta de classes: projeto profissional e mediações teóricas-práticas*. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

YAZBEK, M. C. *Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social*. In: Guerra, Y. *Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica*. Campinas: papel social, 2018, p.47-84.

Certifico que a aluna **Thayná da Costa Machado**, autora do trabalho de conclusão de curso intitulado "**Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro: hegemonia e tendências profissionais**", efetuou as correções sugeridas pela banca examinadora e que estou de acordo com a versão final do trabalho.



Profa. Dra. Virgínia Alves Carrara

Orientadora

Mariana, 18 de julho de 2019